

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Monique Lucero Crespani

**A NOÇÃO DO TERMO POLÍTICA
NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA**

Porto Alegre

2019/02

Monique Lucero Crespani

**A NOÇÃO DO TERMO POLÍTICA
NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial à obtenção do
grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Profa. Me. Rita de Cássia
Portela da Silva

Porto Alegre

2019/02

CIP - Catalogação na Publicação

Crespani, Monique Lucero

A noção do termo política na literatura
arquivística brasileira / Monique Lucero Crespani. --
2019.

74 f.

Orientadora: Me. Rita de Cássia Portela da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Políticas. 2. Política Pública. 3. Política
Institucional. 4. Política Arquivística. I. Silva, Me.
Rita de Cássia Portela da, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Departamento de Ciências da Informação

Curso de Arquivologia

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “A noção do termo política na literatura arquivística brasileira”, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Banca Examinadora:

Prof^a. Me. Rita de Cássia Portela da Silva – UFRGS - Orientadora

Profa. Dra. Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Bacharel em Arquivologia Marieta Marks Löw

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2019.

À minha orientadora Prof^a Rita de Cássia Portela da Silva, por ter me aceitado e sempre pronta a me orientar, pela paciência e dedicação, pela generosidade de compartilhar seu conhecimento, pela atenção, pela disponibilidade e por nortear o desenvolvimento desse trabalho. Muito obrigada!

Aos familiares e amigos, principalmente aos meus pais e irmã pelo apoio em todas as etapas deste trabalho.

Agradeço, em especial ao meu marido André, meu maior incentivador e apoiador dessa jornada, muito obrigada por sempre estar ao meu lado, te amo!

Ao meu filho, Teodoro, por existir e mesmo não entendendo muito aceitou minhas ausências para me dedicar aos estudos.

RESUMO

O presente trabalho tem como temática a pesquisa acadêmica em políticas arquivísticas no Brasil, buscando compreender o sentido do termo “política” na Arquivologia no contexto brasileiro. Para tanto, em âmbitos específicos buscamos identificar o uso do termo na literatura arquivística, identificando suas origens sentidos, e verificando sua utilização nas dissertações e teses. Para analisar essas questões, a pesquisa se desenvolveu sob uma abordagem quali-quantitativa, de caráter exploratório e fundamentado na análise de conteúdo. A investigação acerca do uso do termo "política" na literatura arquivística permitiu-nos visualizar uma aproximação muito clara com outros campos especializados, principalmente com as áreas da Administração e da Sociologia, garantindo assim seu crescimento teórico e metodológico. Permitiu-nos concluir que se faz necessária a sua normalização nas publicações de terminologia da área, uma vez que as aplicações do termo “política” não foram dicionarizadas no Brasil.

Palavras-chave: Política; Políticas públicas; Políticas arquivísticas, Terminologia arquivística.

ABSTRACT

This work has as its theme the academic research in archival policies in Brazil. The research was guided by the concern to know the meaning of the term "policy" in archivology within the Brazilian context. Therefore, in a more specific description, we seek to identify the use of the term in the Brazilian literature and point out how its use is characterized in dissertations and thesis. To analyze these questions, a data survey was performed, and the analysis was an exploratory study. Our search was divided into two moments: to identify the references to the term policy and its variations and, finally, to analyze these citations regarding its proximity to the expression and discussion "archival policies in Brazil". With respect to the kind of research on the expression "policy" and its approach, the quali-quantitative method was chosen. The quest for the term "policy" in the dissertations and thesis allowed us to visualize a very clear approximation of the concept approaches with other specialized fields, mainly with areas such as administration and sociology, thus ensuring its theoretical and methodological growth. Thereby, it established the need to normalize the term "archival policies" within terminology publications, which has not yet been dictionaryized.

Keywords: Policy; Public Policies; Archival Policies.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - O termo política no <i>Multilingual Archival Terminology</i> , e seus usos em espanhol, inglês, francês e italiano.	18
QUADRO 2 - Modalidades de relação entre as disciplinas.	22

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Ocorrência do termo política nas dissertações e teses com temática arquivística no período de 2013 a 2018.....	34
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 A delimitação do tema e o problema de pesquisa	Erro! Indicador não definido.
1.2 Objetivos	12
1.3 Justificativa	12
2. A TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA	14
3. METODOLOGIA	20
4. A NOÇÃO DE POLÍTICA NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA	22
5. A NOÇÃO DE “POLÍTICA” NAS DISSERTAÇÕES E TESES COM TEMÁTICA ARQUIVÍSTICA NO BRASIL	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE A – O uso da expressão “política arquivística” nas dissertações e teses.	45
APÊNDICE B – O uso da expressão “política pública arquivística” nas dissertações e teses.	56
APÊNDICE C – O uso da expressão “política nacional de arquivos” nas dissertações e teses.	61
APÊNDICE D – O uso da expressão “política de arquivos” nas dissertações e teses.	66

1. INTRODUÇÃO

Para o desenvolvimento de qualquer área do conhecimento entendemos que a contribuição da produção acadêmica é essencial. As iniciativas realizadas através do pesquisador/cientista como mediador desse processo de construção do saber permitem desenvolver, por exemplo, uma disciplina em ciência. Este é o caso da Arquivologia contemporaneamente, que vem trilhando seu caminho nesta direção, algo que

não tem sido fácil nem sobretudo pacífico para (...) a sua ascensão científica. O processo é lento. É conquistado dia a dia. No seu decurso, para além da determinação fundamental de um objeto e de um método específicos, aspectos como a investigação e a divulgação dos respectivos resultados desse trabalho são essenciais. Nenhuma disciplina pode ser uma verdadeira ciência, nem classificada como tal, se sobre ela não for levada a cabo uma pesquisa e reflexão metódicas, nem forem criadas as condições institucionais indispensáveis ao seu desenvolvimento. Entre estas, avulta a sistematização do conhecimento adquirido, e só a sua difusão possibilitará à Arquivística ter um cariz regenerador na sua investigação e, assim, permitir o progresso científico. (SILVA *et al.*, 1998, p. 17, grifo nosso).

Tendo em mente que a produção de conhecimento arquivístico é essencial ao desenvolvimento da área, observa-se no cenário brasileiro o aumento do número de pesquisas expressos em dissertações e teses (MARQUES, 2018) e, por consequência da literatura científica da área. Por outro lado, além de se estabelecer no campo científico, a pesquisa em Arquivologia assume múltiplos contornos. Para compreendê-los, devemos observá-la por diferentes aspectos, especialmente no que se refere a sua contribuição enquanto esfera do saber em questões que assumem grande impacto social, ao atingirem diretamente o cidadão.

Nesse sentido, a problematização da temática política em Arquivologia tem muito a contribuir. É um campo pouco explorado por parte dos pesquisadores da área. A sua discussão teórica tem muito a auxiliar as práticas arquivísticas, incentivando inclusive, investimento em ações públicas e institucionais que colaborem com demandas da sociedade. Entretanto o termo não está dicionarizado no contexto brasileiro, onde a terminologia da área se encontra em fase de harmonização (BALMANT, 2016).

Assim, pensar as relações que o termo “política” pode estabelecer é ponderar algo que faz parte do cotidiano, de ações que são desenvolvidas com um determinado fim. Nessa perspectiva, há indícios na literatura arquivística de apropriações do termo, considerando as ações do estado em relação aos arquivos onde políticas arquivísticas assume o sentido de um

conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativos, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (JARDIM, 2006, p.7).

Portanto, políticas arquivísticas servem para responder problemas políticos no campo dos arquivos e na Arquivologia e, além disso, auxiliam ao corresponder a uma demanda do Estado e da sociedade civil por iniciativas que potencializem o acesso a informação. Sabemos da importância de políticas arquivísticas que permitam intervenções voltadas à gestão eficaz e eficiente dos documentos e informações arquivísticas, tendo em vista a preservação e o acesso aos mesmos. Os teóricos são unânimes em dizer que é necessária maior produção de conhecimento sobre esse cenário brasileiro para alavancar políticas arquivísticas no Brasil. Desse modo,

os atores públicos e privados envolvidos em processos de formulação, execução e avaliação de políticas arquivísticas necessitam ampliar ainda mais o espaço público sobre o tema, não apenas no Brasil como em outros países latino-americanos. Trata-se de uma demanda política e científica que, exercida pelo Estado e a sociedade civil, pode favorecer e ampliar as experiências brasileiras em termos de políticas públicas arquivísticas e as políticas públicas de informação de modo geral (JARDIM, 2008, p. 15).

Em vista disso, apreciar a palavra política na Arquivologia é necessário para o fortalecimento teórico e metodológico da área, considerando tanto a implantação de políticas públicas, quanto a implantação de políticas institucionais em resposta às diretrizes estabelecidas pela ação do Estado no âmbito dos arquivos e do acesso à informação.

No entanto, nem mesmo nos dicionários de terminologia arquivística brasileiros está contemplado o termo política, caracterizando um cenário de neologismo. Apesar da palavra política já existir na língua portuguesa ela surge na arquivística como um neologismo científico, isto é, um novo sentido a uma palavra já existente. O termo ou expressão “Política arquivística” surge para suprir uma lacuna existente nas discussões teóricas no campo de arquivo.

Desse modo, destacamos a importância da terminologia para uma área do conhecimento. De acordo com Bellotto (2007, p.47-48) terminologia é um meio de expressão e comunicação técnicas, signos representados por palavras escritas ou faladas que reflete uma comunidade, ou melhor, um vocábulo próprio do entendimento mútuo de determinado grupo

social ou profissional. À vista disso, estabelecemos o problema de pesquisa do presente estudo: **qual o sentido do termo política na Arquivologia, considerando-se o contexto brasileiro?**

1.1 Objetivos

Em aspectos gerais, a pesquisa tem por objetivo compreender o sentido do termo política em Arquivologia, considerando o contexto brasileiro e, especificamente, apontar como o uso do termo está caracterizado nas dissertações e teses com temática arquivística.

1.2 Justificativa

Acreditamos que a discussão em torno do termo “política”, ainda não contemplado em dicionários especializados, irá colaborar com o desenvolvimento teórico da área na medida em que pode colaborar com futuras definições terminológicas para os especialistas da área.

A Arquivologia no campo científico dispõe de práticas recentes, com temáticas amplas a serem exploradas por uma comunidade científica em fase de formação, composta por docentes, pesquisadores e estudantes. Assim, pretendemos colaborar com o fortalecimento do corpus teórico da área, proporcionando subsídios para uma discussão terminológica a partir da noção de política na literatura arquivística, sem esquecer o aprimoramento cotidianas do fazer Arquivologia.

Ao tomarmos contato com a literatura especializada no assunto observamos que as problematizações acerca das políticas arquivísticas, assim como as práticas de pesquisa na área, são recentes e carecem de maior aprofundamento teórico e metodológico. No entanto, como poderemos averiguar, seus usos são evidenciados em um conjunto considerável de dissertações e teses desenvolvidas entre 2013 e 2018. Tal fato reafirma a necessidade de incluir os usos do termo “política(s)” nas publicações de terminologia, uma vez que a terminologia é um dos componentes que afirma a cientificidade de uma disciplina.

Ainda, o trabalho apresentará a tênue relação que a Arquivologia tem com outras áreas do conhecimento. Com relevância teórica e metodológica mostrará a proximidade que a discussão do termo “política arquivística” possui com os campos da Administração e Sociologia para a composição desse vocábulo e suas práticas.

Nesse sentido, a motivação de discutir Política(s) Arquivística(s) no Brasil é contribuir para o desenvolvimento da teoria arquivística e intensificar as discussões a respeito do assunto para refletirem no dia a dia dos arquivos e dos profissionais da área.

2. A TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA

Ao longo da história sabemos que o homem sente a necessidade de estabelecer uma linguagem comum para se fazer entender para além dos grupos do qual faz parte. Estruturas muito próprias de uma área surgem a todo o momento, e esclarecê-las através de um dispositivo, como um dicionário, por exemplo, se torna muito eficaz.

Anterior aos dicionários, podemos dizer que a ciência da terminologia caracterizaria melhor a necessidade de uma especialidade de se comunicar com outras áreas ou mesmo com pessoas do mesmo domínio. Dessa forma, partimos do princípio que terminologia é o desenvolvimento teórico e prático de uma especialização que tem como objeto “o termo”, que possui o objetivo de carregar o conceito ideal com maior precisão.

Historicamente e em diversas literaturas encontramos que foi o engenheiro austríaco Eugen Wüster que estruturou os primeiros parâmetros utilizados pela Terminologia. Sua principal preocupação era padronizar os termos técnicos e científicos para a sua especialidade. Foi partindo das primeiras propostas de Wüster que se concebeu os estudos iniciais teóricos da terminologia e formulou-se a Teoria Geral da Terminologia (TGT). Balmant (2016, p.34) explica que a TGT marcou o início da terminologia clássica ou também denominada de moderna evoluindo da seguinte maneira: origem (de 1930 a 1960); estruturação (de 1960 a 1975); explosão (de 1975 a 1985); e ampliação (a partir de 1985).

Percebe-se nas referências que essa orientação teórica busca a padronização dos termos técnicos e empenha-se em oferecer eficiência, isto é, estabelecer orientações metodológicas. Alguns anos depois, surge na década de 1990 uma nova corrente, a terminologia contemporânea, com caráter crítico a norma anterior, e que afirma que a terminologia é um processo e que deve respeitar as diferenças linguísticas (2016, p.35). Em detrimento aos pensamentos anteriores, surge a socioterminologia propondo refinar os discursos especializados, científicos e técnicos e explorar as ligações entre terminologia e sociedade¹.

Em consonância com as teses predecessoras, autores recentes e experientes no tema, afirmam que a terminologia é um produto do estudo de uma especialidade, ou seja, da análise dos seus termos². Em dicionários tradicionais de língua portuguesa, terminologia quer dizer um conjunto de termos particulares ou nomeação de uma ciência, arte, ofício, profissão etc. Compreendemos a partir dessa perspectiva que diferentemente de um dicionário comum, um

¹ FAULSTICH, 2006, p. 29 apud BALMANT, 2016, p. 36.

² CABRÉ, 1995 apud BALMANT, 2016, p. 37.

dicionário de terminologia está direcionado para palavras específicas de uma área do conhecimento. Entendemos, inclusive, que parte da teoria básica de uma especialidade está considerada nesses instrumentos específicos.

A Arquivologia como uma ciência também possui um conjunto de termos que são exclusivos do seu campo de trabalho. No entanto, quando lemos artigos relacionados à temática concluímos que não existe uma terminologia brasileira consolidada. Muitos vocábulos estão aptos para serem incluídos nos dicionários especializados do país. Este é o caso da expressão “política arquivística” ainda não referendado nesses espaços de pesquisa, mas que está presente em muitos estudos teóricos no Brasil.

Praticamente todos os campos do saber lançam mão da terminologia e do seu método para transmitir conhecimento que é particular da sua área. No domínio da arquivística, por exemplo, Heloisa Bellotto a caracteriza como

meio de expressão e comunicação técnicas. Isso vale dizer que a terminologia corresponde, no meio técnico e científico, à língua, que é o conjunto articulado de signos representados por palavras escritas ou faladas, quando se trata de uma comunidade, país ou conjunto de países, que a utilizam tradicionalmente como veículo de expressão ou comunicação dos seus membros, ou das pessoas que, não fazendo parte deles, a usam para contatarem seus membros; a terminologia equivale, ainda, à linguagem, quando se trata de vocábulos próprios do entendimento mútuo de determinado grupo social ou profissional. (BELLOTO, 2007, p.48)

A autora complementa dizendo que a terminologia tem vantagens evidentes, como facilitar o entendimento entre profissionais, aumenta a qualidade técnica dos trabalhos e, por fim, útil para formação e treinamento (BELLOTTO, p.49). Entende-se que além dessas características, esse conjunto de conceitos deve ser socialmente relevante, permear o dia-a-dia dos envolvidos nos arquivos e, ainda, estar acessível para qualquer leitor interessado acreditando em uma perspectiva socioterminológica. Outra pesquisadora que fala da importância da terminologia é Claudia Dias. Para ela

terminologia é como qualquer atividade relacionada com a sistematização e representação de conceitos ou apresentação de termos baseados em princípios e métodos estabelecidos, e ainda como um conjunto de termos que constituem um sistema de conceitos de uma determinada área (DIAS, 2000, p. 90).

Ao encontro dessa reflexão, Fabrício Balmant (2016, p.31) resume terminologia através dos seus usos: para designar termos de uma determinada especialidade; significando

uma publicação sobre uma especialidade; para designar um grupo de palavras peculiares; sinônimo de nomenclatura e estudo de disciplina ou ciência que se dedica aos termos. Baseado nesse entendimento, o autor considera “o termo” objeto da terminologia, que possui um significado além da palavra, reflexo de uma realidade que geralmente se resume em uma especialidade (2016, p.33).

Como a temática do nosso trabalho está ligado à área da arquivística, cabe aqui exemplificarmos a importância da terminologia para este campo do conhecimento. Conforme esclarecemos anteriormente, a terminologia é um requisito para tornar uma disciplina em disciplina científica e, conseqüentemente, estudá-la a partir do viés da Arquivologia é indispensável para validar a área como produtora de conhecimento científico.

Nesse sentido, identificamos em textos a expressão “terminologia arquivística”. A especialista Heloisa Bellotto relata a importância do assunto para uma disciplina científica

uma terminologia própria da arquivística é um dos elementos essenciais para a definitiva consolidação, não só da profissão do arquivista, como da própria área, contribuindo para uma maior nitidez dos seus contornos, de modo a distingui-la das outras profissões e áreas do conhecimento. (BELLOTTO, 2007, p.53)

Autores como Balmant (2016, p.42) acrescentam ao abordar a terminologia arquivística como uma área de especialidade do conhecimento humano que engloba tanto aspectos teóricos quanto práticos relacionados a arquivo. Balmant (2016) em “Terminologia arquivística brasileira - estudo exploratório de publicações e termos” se preocupa em estabelecer o que é terminologia arquivística na realidade brasileira e se propõe a construir um panorama sobre o assunto. Para ele

uma abordagem científica sobre terminologia arquivística poderia ser realizada, a nosso ver, por três ângulos possíveis: a produção terminológica, seus contextos, conjunturas, sujeitos e políticas envolvidos; os produtos terminológicos e seu conteúdo; e as repercussões e reproduções da produção e dos produtos terminológicos em diversos ambientes e públicos: na comunidade científica, na literatura especializada, no âmbito profissional, na legislação, na Administração pública, etc. (BALMANT, 2016, p. 27)

Segundo o autor (2016, p.28), no caso brasileiro, a terminologia arquivística está contida nas publicações, isto é, em dicionários com o intuito de apresentar e definir os termos concebidos como arquivísticos. Ao analisar esses instrumentos, verifica que uma terminologia

consolidada não existe no caso do Brasil e que o grau de homogeneidade e consonância entre as publicações terminológicas da área é baixo. E termina constatando que a terminologia nacional está ainda alinhada com a terminologia clássica.

Assim, constatamos que nacionalmente as maiores referências da terminologia arquivística ainda são os inúmeros dicionários desenvolvidos em diferentes locais do território nacional. Balmant (2016) faz um pequeno histórico de criação dessas bibliografias. Vejamos no quadro abaixo

Cronologia dos dicionários de terminologia arquivística do Brasil	
Data	Dicionário
1972	Listagem de termos apresentada no I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA) e incluído nos Anais do evento em 1979, conhecida como "Glossário Danneman".
1986	Compilado terminológico sobre arquivos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
1988	Após a publicação da primeira edição do DAT, a Associação Latino Americana de Arquivos (ALA) promove a sua tradução, levando ao surgimento de uma versão em português da obra do ICA, o Glossário de Terminologia Arquivística.
1989	Dicionário de Termos Arquivísticos, também conhecido como "Dicionário da Bahia", uma iniciativa promovida em parceria da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com a Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional.
1996	Dicionário de Terminologia Arquivística (DTA) pelo Núcleo Regional de São Paulo da AAB.
2005	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA), com status de instrumento terminológico oficial devido à recomendação de adoção instituída por resolução específica do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq).

Figura 1: Cronologia dos dicionários de terminologia arquivística do Brasil.
Fonte: BALMANT, 2016, p.54.

Essa variedade de dicionários demonstra que existe uma atenção da realidade brasileira em estabelecer termos representantes da área e que há um avanço ao procurar determinar uma terminologia nacional.

Ainda, conforme Belloto (2007, p. 49) "o dicionário terminológico é um parâmetro que impede a dispersão de interpretação", entretanto, no Brasil não dão conta de contemplar todos os conceitos utilizados na arquivística, constatando uma falta de consolidação terminológica. A autora complementa que mesmo havendo um desenvolvimento na identificação e registro desses vocábulos devemos nos preocupar na forma como eles estão sendo construídos no plano nacional. Em outras palavras, afirma que os termos devem surgir a partir do cotidiano dos profissionais da área e não, da tradução dos dicionários de outras línguas.

Mesmo tendo como referência dicionários internacionais, muitos termos contemplados neste tipo de literatura ainda não são identificados na terminologia local. Exemplificamos o conceito de “política” para argumentar em relação a esta afirmação anterior e ainda discutir a temática do nosso trabalho.

O conceito de política não está definido nas publicações terminológicas brasileiras no âmbito da Arquivologia. No entanto, encontramos no *Multilingual Archival Terminology*, (INTERNATIONAL CONCIL ON ARCHIVES, 2016), definições para o termo em espanhol, inglês, francês e italiano, entre outros idiomas³, conforme demonstrado no Quadro a seguir:

QUADRO 1 - O termo política no *Multilingual Archival Terminology*, e seus usos em espanhol, inglês, francês e italiano.

IDIOMA	DEFINIÇÃO	TRADUÇÃO (NOSSA)
Espanhol	<i>política</i> 1. <i>Una expresión oficial de los principios que disponen los procedimientos de una organización.</i>	1. <i>Uma expressão oficial dos princípios estabelecidos nos procedimentos de uma organização.</i>
Inglês	<i>policy</i> 1. <i>A high-level overall plan, containing a set of principles, embracing the general goals of the organization, and used to base decisions.</i> 2. <i>An official expression of principles that direct an organization's operations.</i> 3. <i>A formal statement of direction or guidance as to how an organization will carry out its mandate, functions or activities, motivated by determined interests or programs.</i>	1. <i>Um plano geral de alto nível, contendo um conjunto de princípios, abrangendo os objetivos gerais da organização e usado para basear as decisões.</i> 2. <i>Uma expressão oficial de princípios que dirigem as operações de uma organização.</i> 3. <i>3. Uma declaração formal de direção ou orientação sobre como uma organização cumprirá seu mandato, funções ou atividades, motivada por determinados interesses ou programas.</i>
Francês	<i>politique</i> 1. <i>Déclaration, signée par la direction générale d'une entreprise ou d'un organisme et opposable à l'ensemble des collaborateurs, énonçant les principes de gouvernance et d'action pour se conformer à l'environnement réglementaire, répondre au besoin de mémoire et anticiper le risque de ne pas archiver et conserver certains documents.</i> 2. <i>Énoncé de principes, inspirés en</i>	1. <i>Uma declaração formal de direção ou orientação sobre como uma organização cumprirá seu mandato, funções ou atividades, motivada por determinados interesses ou programas.</i> 2. <i>Declaração de princípios, geralmente inspirados em uma teoria e que visam orientar a administração geral da empresa.</i>

³ Optamos por demonstrar as definições em espanhol, inglês, francês e italiano, porque que em pesquisa desenvolvida por Marques (2011, p. 269) foram os idiomas identificados nas referências arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área, nos programas de pós-graduação brasileiros no período de (1972-2006).

	<i>général d'une théorie et qui visent à orienter la gestion générale de l'entreprise.</i>	
Italiano	<p>politica/politiche</p> <p>1. <i>Una dichiarazione formale, emanata dagli uffici direttivi di un ente, degli orientamenti strategici, funzioni, attività, tempi, mezzi e le azioni che l'ente intraprende per assolvere alla propria mission e rispondere efficacemente ai propri interessi e scopi.</i></p>	<p>1. <i>Uma declaração formal, emitida pelos escritórios de administração de uma instituição, das orientações, funções, atividades, horários, meios e ações estratégicos que a instituição empreende para cumprir sua missão e responder efetivamente aos seus interesses e propósitos.</i></p>

Fonte: *Multilingual Archival Terminology*, disponível em <http://www.ciscra.org/mat/mat>, acesso em 29 nov. 2019.

Como vimos, o termo “política” não faz parte dos estudos de terminologia da Arquivologia brasileira. É uma palavra que reconhecidamente pertence ao universo arquivístico, mas que, no entanto, não identificamos nos manuais. São inúmeros os estudos que problematizam esse termo, mas que não podem contar com a significação de um dicionário próprio.

Por este motivo, Bellotto expõe uma das justificativas que indiretamente influenciam na não nomeação da palavra “política” nos dicionários bases arquivologia. Para ela (2007) é a não contemplação de conceitos utilizados nas práticas diárias de instituições públicas e privadas que fazem com que esses termos sejam ignorados. Desse modo, a autora de “A Terminologia das Áreas do Saber e do Fazer: o caso da arquivística” propõe que

o aperfeiçoamento da nossa terminologia tem de se voltar para uma colaboração mais estreita, frequente e presente entre as instituições arquivísticas públicas, as privadas, os cursos universitários de arquivologia, os professores, pesquisadores, as associações de classe no sentido de uma progressiva e necessária justaposição entre o significado dos termos arquivísticos e o seu uso real (ou o não uso, se necessário) (BELLOTTO, 2007, p. 55).

Fundamentado nessas afirmações, percebemos que a terminologia é dinâmica. São vários os fatores que devem influenciar na construção de um dicionário de terminologia. No caso do Brasil, ainda estamos em processo de construção desse tipo de publicação, carecemos de estudos, inclusão de termos e incentivos, tanto público quanto privado, para o avanço da terminologia arquivística. Percebemos a necessidade teórica da inclusão de “política” e “políticas arquivísticas” está latente, pois muitos autores de dissertações e teses já as usam na produção dos seus trabalhos.

3. METODOLOGIA

A monografia teve como ponto de partida a pesquisa bibliográfica para delineamento do tema, dos objetivos e da abordagem metodológica mais adequada. A partir daí, compreendemos que o seu desenvolvimento sob uma abordagem quali-quantitativa seria o mais adequado.

Na identificação do uso do termo “política“ na literatura arquivística, foram considerados artigos, capítulos de livros, dissertações e teses desenvolvidos no contexto brasileiro. Consideramos para o levantamento e análise dos dados a realização de um estudo exploratório que proporcionou, uma “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (SILVA, 2005)”, uma vez que “tem por objetivo aumentar a compreensão de um fenômeno ainda pouco conhecido, ou de um problema de pesquisa ainda não perfeitamente delineado” (APPOLINÁRIO, 2011, p. 75).

Para caracterização do uso do termo nas dissertações e teses, agregamos os procedimentos de análise de conteúdo, concebidos como um “conjunto de técnicas de investigação científicas utilizadas em ciências humanas, caracterizadas pela análise de dados linguísticos”, onde “os elementos fundamentais da comunicação são identificados, numerados e organizados”, possibilitando, posteriormente, a análise das categorias em relação a uma teoria específica (APPOLINÁRIO, 2011, p. 8).

O conjunto de teses e dissertações com temática arquivística que inicialmente analisamos foi constituído por meio do estudo desenvolvido por Silva (2019), que discutiu aspectos da recuperação da informação científica em Arquivologia levando em consideração a análise dos termos “Arquivologia” e “Arquivística” na estratégia de busca aplicada ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2019).

A coleta dos registros ocorreu em 22/07/2019 de forma automatizada, com o apoio do Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Junior. Os dados nos foram disponibilizados em um arquivo no formato HTML⁴, formado pelas colunas “Código” (identificador do registro no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES), seguido das colunas “Título”, “Resumo” e “Palavras-chave” das dissertações e teses recuperadas.

Para darmos prosseguimento à análise de conteúdo, estruturamos uma planilha em Excel[®] para acolhermos os registros que apresentavam o termo “política”, identificados por

⁴ Acrônimo para Hypertext Markup Language.

meio do comando localizar. Constatamos a existência de 244 ocorrências em 63 dissertações e teses, o que 21,50% do conjunto total.

No Capítulo 5, demonstraremos na Tabela 1 os usos do termo política nas dissertações e teses com temática arquivística. Para cômputo das ocorrências, desconsideramos expressões repetidas em um mesmo registro. Com isto queremos dizer que, por exemplo, se “política arquivística” ocorreu três vezes no título, no resumo ou nas palavras-chave de uma mesma dissertação ou tese, ele foi contado apenas uma vez.

Também optamos por apresentar a ocorrência em sua forma singular. Desta forma, retomamos o exemplo da expressão “política arquivística”. Na versão preliminar da Tabela 1, identificamos 11 ocorrências para “políticas arquivísticas” e cinco ocorrências para “política arquivística”. Na versão final apresentada no Capítulo 5 indicamos 16 ocorrências para “política arquivística”.

4. A NOÇÃO DE POLÍTICA NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA

Pretendemos neste capítulo realizar uma discussão acerca da noção construída sobre o termo política na Arquivologia, no contexto da literatura da área no Brasil, bem como de suas origens. Para tanto se faz necessário compreendê-la em sua dimensão (inter) disciplinar para, a partir disto, perceber as influências exercidas por outras áreas do conhecimento.

Na atualidade, a Arquivologia se caracteriza como um campo do conhecimento que busca se estabelecer como disciplina científica, superando os limites da técnica, característicos em sua origem. Seu objeto de estudo - os arquivos ou a informação orgânica registrada (MARQUES, 2007 e 2018) - tem uma grande ligação com outros âmbitos do saber, necessária à compreensão das mudanças sociais, culturais e tecnológicas que influenciaram o fenômeno da produção documental em diferentes épocas, indicando a possibilidade de diferentes graus de relação da Arquivologia com outras disciplinas.

Sobre este aspecto, Marques (2007), ao desenvolver a pesquisa sob o título “Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil”, definiu as diferentes modalidades de interação entre as disciplinas (Figura 1), passíveis de serem exploradas pela Arquivologia.

QUADRO 2 - Modalidades de relação entre as disciplinas.

Modalidade	Definição
Multidisciplinaridade	Gama de disciplinas que propomos simultaneamente, mas sem explicitar as relações que podem existir entre elas.
Pluridisciplinaridade	Justaposição de diversas disciplinas situadas geralmente no mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo a destacar as relações existentes entre elas.
Disciplinaridade cruzada	Axiomática de uma só disciplina imposta a outras disciplinas de um mesmo nível hierárquico, a qual cria uma polarização rígida de disciplinas sobre a axiomática própria de uma disciplina.
Interdisciplinaridade	Axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas e definida no nível ou sub-nível hierárquico imediatamente superior, o que introduz a noção de finalidade.
Transdisciplinaridade	Coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas do sistema de ensino/ inovação, sobre a base de uma axiomática geral.

FONTE: Marques (2007, p.61) apud Jantsch (1972, p.108-109).

Essa peculiaridade da área proporciona um amadurecimento em enfoques teóricos, constatando que a Arquivologia vai além do simples estudo do próprio campo do conhecimento, buscando no intercâmbio teórico e metodológico subsídios para compreensão, estudo e intervenção de seu objeto de estudo. Conforme destaca Jardim (2012, p. 142), “em

todas as atividades arquivísticas, o arcabouço teórico e os métodos e técnicas da Arquivologia são acionados, evidentemente. No entanto, arquivos não são gerenciados apenas com os instrumentos teóricos e metodológicos da Arquivologia”.

Assim, mesmo pensando a área de uma forma especializada devemos problematizá-la através de uma ponderação transversal, para que reflita “epistemologicamente sobre seus métodos, objetos, universo empírico, recursos teóricos e questões interdisciplinares do campo” (JARDIM, 2012, p. 136). Neste momento, ampliam-se as exigências de “diálogos interdisciplinares”, necessárias a uma disciplina científica em permanente construção, reafirmando em diversos aspectos seu exercício mediante relações interdisciplinares desenvolvidas ao longo do tempo com a História, a Administração, a Ciência da Informação, a Biblioteconomia, a Museologia, a Sociologia, etc.

Para exemplificar o pensamento de Jardim, sabemos que após a II Guerra Mundial houve uma grande produção documental que chamou atenção para a necessidade de uma melhor organização. Neste momento, a aproximação com disciplinas como a Administração se tornou indispensável. Esses novos olhares para a Arquivologia permitiram a produção de conhecimentos inéditos, e tornou indispensável pensar o fazer pesquisa de maneira diferente e, conseqüentemente, alcançar o desenvolvimento da arquivística. Resultado disso foi o surgimento de novos conceitos, novas expressões e meios diversos de praticar e refletir essa ciência.

Desde a publicação do “Manual dos Holandeses” em 1898, considerado marco para afirmação da Arquivologia como disciplina ao alavancar “um grande avanço na teorização arquivística, pelo pensamento que lhe está subjacente e pelo caráter sistemático da sua apresentação” (SILVA et al, 2008, p. 115), a área é marcada por várias mudanças, desde os diferentes suportes que comporta um arquivo até seu meio de propagação. Essas alterações impactam no seu desenvolvimento teórico, metodológico e conceitual, observados em seu contexto, levando em consideração as práticas jurídicas e administrativas de diferentes países. Entretanto, pode-se afirmar que, ao longo do tempo e em diferentes realidades, a Arquivologia

diferente das outras ciências, por seus objetos, por seus objetivos e suas metodologias. [...] A Arquivologia melhora nosso entendimento dos aspectos documentais da interação humana, ajuda os documentos a desempenhar seu papel nesta interação, traz, avalia e ajuda a manter a ligação entre documentos e processos de trabalho, fornecendo as bases para o estabelecimento dos requisitos funcionais para o sistema de conservação, manutenção e uso dos arquivos e documentos, além da fundamentação para

uma política de avaliação, controle e recuperação de documentos eficiente e efetiva. (SOUSA, 2006, p. 14)

De caráter social e aplicado, a Arquivologia encontra na literatura abordagens que a definem como uma ciência em construção, onde o saber teórico é resultado da prática arquivística resultando em um

processo de inter-relação entre os elementos que com ela se envolvem: os sujeitos produtores de registros, os arquivistas, os cidadãos (usuários reais e potenciais), os instrumentos e tecnologias existentes em determinado período, os contextos socioculturais (uma época, um lugar). (2015, p.58)

Dessa forma, ainda no final do seu texto “*Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas*”, Araújo (2015, p.61) completa seu entendimento sobre arquivística apontando que, atualmente, ela pensa os arquivos integrados à ação humana relacionada a uma dinâmica social e cultural. Ainda que em construção, considera a área como uma ciência com identidade própria, que possui um olhar particular para as ações e interações humanas, concluindo que estes aspectos fazem dela uma ciência, e não só uma técnica.

Arquivologia como uma ciência em construção é fruto do dinamismo de um pensamento que cada vez mais traz elementos que confirmam seu objeto, sua teoria, sua terminologia e suas metodologias de trabalho, o que lhe confere autonomia disciplinar. Contudo, sua identidade como disciplina científica se estabelece também a partir do diálogo com outras áreas, assumindo que “autonomia não significa isolamento” e que

as questões apresentadas pela sociedade contemporânea exigem cada vez mais olhares múltiplos e, no caso da Arquivística, suas relações tradicionais com a História e depois com a Ciência da Informação, a Biblioteconomia, a Informática, o Direito e a Administração, dentre outras indica que a abordagem da informação orgânica – objeto da Arquivística – não se pode fazer com apenas um viés de análise. (MARQUES, 2007, p. 173).

Em vista disso, o entendimento da noção acerca de políticas arquivísticas na literatura científica brasileira vai ao encontro do que foi apresentado anteriormente, no sentido de que para reafirmar a Arquivologia como um campo do conhecimento científico precisamos de análises teóricas e legitimadas, centradas em seu caráter interdisciplinar.

Para viabilizar nosso estudo, além de realizar um ensaio reflexivo que enfatize o caráter interdisciplinar da área, acreditamos ser necessário apresentarmos o conceito de

política(s). O conceito de política é muito amplo, podemos problematizá-lo a partir de inúmeros vieses, desde o mais comum, ligado à esfera pública administrativa – os políticos – até a dimensão do cotidiano, das ações locais que são desenvolvidas pelos cidadãos comuns com um propósito e se aproxima muito de uma perspectiva sociológica, a política pública.

O autor de uma das teses e dissertações, Luiz Carlos da Silva, em “Políticas Públicas de arquivo: a gestão documental do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo” (2013, p.21) observa que “políticas públicas de arquivo - enfatizadas pela gestão documental - subsidiam a Administração e a sociedade, contribuindo para a transparência ao disseminar informações arquivísticas que garantem os direitos dos cidadãos, a governança e o exercício democrático do poder”.

Leo Wolfgang Maar (1994, p. 22) acrescenta que política é “[...] o exercício de uma atividade transformadora da consciência e das suas relações com o mundo”. Se fossemos realizar uma pesquisa que abordasse somente o conceito de “política” apresentando por este autor, iríamos nos deparar com um conjunto de escritores que consideram esse entendimento da Administração a principal maneira de pensar.

Desse princípio, trazemos a percepção de Idalberto Chiavenato em Introdução à Teoria Geral da Administração

uma política é um guia genérico para a ação. Ela delimita a ação, mas não especifica o tempo. É uma definição de propósitos comuns de uma empresa e estabelece linhas de orientação e limites para a ação dos indivíduos responsáveis pela implementação dos planos. As políticas constituem planos que lidam com problemas recorrentes e para os quais não existe solução rotineira e levam a organização a reconhecer objetivos específicos e a trabalhar em conjunto para seu alcance dentro de uma maneira amplamente definida (CHIAVENATO, 2003, p. 245).

Chiavenato fala em ação, em orientação, termos exemplificadores da expressão “políticas”, os quais pressupõem atividade humana direcionada e com intenções de causar algum efeito positivo para a sociedade. Ainda, deduzem levantar interesses da coletividade revertendo em benefícios para todos. Refletir sobre “políticas” é encontrar meios, procedimentos e estratégias, por exemplo, que orientem as decisões, resultando no alcance de objetivos. Dagnino *apud* Oliveira (2011) completa, levando em consideração alguns aspectos

a distinção entre política e decisão: a política é gerada por uma série de interações entre decisões mais ou menos conscientes de diversos atores sociais (e não somente dos tomadores de decisão); 2. a distinção entre política e Administração; 3. que política envolve tanto intenções quanto

comportamentos; 4. tanto ação como não-ação; 5. que pode determinar impactos não esperados; 6. que os propósitos podem ser definidos ex post: racionalização; 7. que ela é um processo que se estabelece ao longo do tempo; 8. que envolve relações intra e inter organizações; 9. que é estabelecida no âmbito governamental, mas envolve múltiplos atores; 10. que é definida subjetivamente segundo as visões conceituais adotadas. (DAGNINO, 2002 *apud* TENÓRIO, 2011, p. 65).

Igualmente, ainda na Administração, identificamos a política como uma maneira de potencializar o gerenciamento de uma organização/instituição (pública ou privada) e, conseqüentemente facilitar, dentro da nossa temática, o acesso à informação. Nesse sentido, a institucionalização de uma política é considerada um aperfeiçoamento da Administração, e mais, é estabelecer estratégias institucionais para a resolução de problemas e efetiva gestão administrativa.

A expressão “políticas institucionais arquivísticas” faz parte do vocabulário encontrado nos estudos de pós-graduação. Os argumentos relacionados a esta referência muito se aproximam da lógica administrativa e social. Para Durce (2013, p.34-35) “as organizações também se baseiam nas relações sociais [...]. As políticas institucionais são como as políticas públicas em um universo de menor escala buscando a melhoria dos processos e sistemas que compõem a instituição”. Rodrigues (2002, p.28-34 *apud* DURCE, 2013, p. 42-43) completa que no “âmbito das políticas públicas ou institucionais que versam sobre a matéria de arquivos, devem estar definidas as estratégias para o tratamento de documentos em todas as suas fases do ciclo de vida” e a “Administração de documentos é o mesmo que gestão de documentos”.

Justificando as reflexões anteriores alinhadas com a Administração, podemos ainda dizer que a política, do tipo arquivística, por exemplo, dedica-se a uma Administração que, conseqüentemente, atende a uma sociedade. Introduzimos a função social de um arquivo, que deve servir aos direitos e as necessidades da sociedade e, para isto, entre outros objetivos, deve estar nos planos da Administração pública. Verificamos, então, a influência da sociedade nas ações administrativas que resultam em intervenções políticas. Desse modo, Renato Souza (2006), a partir de uma abordagem de políticas públicas, vai ao encontro dessas afirmações ressaltando que

os objetivos de políticas públicas de arquivo devem ser pautados, inicialmente, pelo direito do cidadão à informação e, também, pelo apoio à Administração, à proteção da memória e ao desenvolvimento científico. Além de assegurar direitos estritamente vinculados a ela, a política pública de arquivo é matricial, pois o sucesso obtido em sua implementação fornece às

outras políticas públicas informações necessárias as suas formulações (SOUSA, 2006, p. 5).

No âmbito de natureza social, que afeta o cidadão, podemos pensar a política dentro da sociologia, ou seja, estudá-la partindo da necessidade da população e como a impacta diretamente. Allan Johnson, em “Dicionário de sociologia: guia prático de linguagem sociológica”, traduz o entendimento de política direcionado para a sociologia

política é o processo social através do qual o poder coletivo é gerado, organizado, distribuído e usado nos sistemas sociais. Na maioria das sociedades é organizada, sobretudo, em torno do ESTADO, embora este fenômeno seja relativamente recente. Nas sociedades feudais, por exemplo, o Estado era muito fraco e subdesenvolvido, e o poder político cabia principalmente aos nobres, vassallos e clero, cujas esferas de influência eram bem-definidas pela extensão de suas terras. Embora seja associado com mais frequência a instituições de governo nos níveis internacional, nacional, regional e comunitário, o conceito de política pode ser aplicado a virtualmente todos os sistemas sociais nos quais o poder representa papel importante. Podemos, por conseguinte, fazer perguntas sobre a política da vida familiar e da sexualidade, a “política” de escritório, a política universitária ou mesmo a política da arte e da música. Este último argumento tem importância especial porque chama a atenção para o fato de que todos os sistemas sociais têm uma estrutura de poder e não apenas aqueles cujas funções sociais são formalmente definidas em termo de poder. (JOHNSON, 1997)

A perspectiva da Sociologia está alinhada com a ideia de políticas públicas, já citadas anteriormente por Renato Sousa (2006). A política pública mostra-se um ponto de partida para a Arquivologia avaliar suas implicações sociais. Diferentes autores partem desse princípio para refletir sobre políticas arquivísticas.

Políticas públicas podem ser conceituadas de diversas maneiras: resposta às demandas da sociedade; intenção em responder um problema público; uma forma de exercer o poder político; etc. Ao encontro desses exemplos, Caroline Lopes Durce apresenta políticas públicas sob o viés da Sociologia

política é o estudo das relações sociais e está ligada à interação dos indivíduos de uma sociedade em busca do bem comum. As políticas públicas seriam, nesse sentido, resultantes da interação dos atores envolvidos em uma mesma questão social, com base nas regras que moldam as relações entre indivíduos e coletividade, para tomar decisões com o objetivo de solucionar problemas públicos. Toda política pública é uma forma de intervenção em que o processo decisório condiciona e é condicionado por interesses e expectativas sociais, devendo, portanto, refletir soluções às necessidades ou problemas identificados da vida coletiva. A política pública atende a um problema individual ou coletivo. As instituições, assim como a sociedade de

uma maneira geral, são baseadas em relações sociais. No âmbito das instituições, as políticas também têm como objetivos atender a direitos e oferecer diretrizes para a resolução de problemas, e do mesmo modo que ocorre na sociedade, alguns problemas se sobrepõem a outros. Os problemas institucionais relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística são os condicionadores para o desenvolvimento de políticas arquivísticas institucionais, podendo estas se desdobrar em outras políticas mais específicas e/ou integrar uma política maior. A política arquivística seria uma forma de promover soluções para os problemas gerados pelo acúmulo de documentos sem critérios ou com critérios equivocados; pela ordenação empírica dos documentos; pelas dificuldades de recuperação da informação; pelas eliminações irregulares; pelos investimentos desnecessários; pelo uso inadequado de tecnologias; pela visão setorializada no tratamento dos documentos; e pela falta de espaço físico. (DURCE, 2013, p.15)

Tal qual pretendemos nessa pesquisa, a autora Caroline Lopes Durce exemplifica na citação acima uma conexão entre os termos “política”, “políticas públicas” e “política arquivística”. Teorizar essas temáticas ajuda a explicar o objetivo principal das políticas arquivísticas, qual seja, promover ações direcionadas para área da Arquivologia visando o bem comum para a sociedade, tanto para o setor privado quanto para o público.

Políticas públicas de arquivos são interpretadas como sinônimo de políticas arquivísticas, ou melhor, políticas públicas arquivísticas. Outro autor encontrado em nossa investigação que contempla essa compreensão e referencia a Sociologia e a Administração na sua avaliação é Assis (2015), para ele

após uma breve análise sobre a Política Nacional de Arquivos e política pública, é possível definir política pública de arquivo como um conjunto de ferramentas de ordem legal, administrativa e política, que tem como atores o governo (Estado) e a sociedade (cidadão). Tal política objetiva promover as boas práticas arquivísticas, por meio da gestão de documentos, para garantir a conservação dos documentos dos órgãos e serviços de arquivos dos representantes do SINAR e o acesso às informações. (ASSIS, 2015, p.51)

Justificando, dessa forma, a importância dessas relações entre políticas, políticas pública e a Sociologia e o quanto essa correspondência permite ponderarmos sobre o desenvolvimento da Arquivologia como disciplina científica. Rose Tenório de Oliveira destaca a importância de trazermos essa temática para o debate

as políticas arquivísticas existem para dar respostas a problemas políticos no universo arquivístico. [...] A inexistência de uma política arquivística de acesso formalizada pode ter sérias implicações na preservação de acervos, pois o conceito política remete a direção, um caminho a ser seguido e constituem balizamentos ao comportamento dos atores envolvidos no serviço.

[...] o planejamento pode ser mais que uma atividade essencial ao gerenciamento: pode ser a principal ferramenta de gestão no processo de formulação e execução de políticas. (OLIVEIRA, 2011, p. 71 – 72)

Oliveira (2011), através da sua definição, abre caminho para novamente utilizarmos o caráter multidisciplinar da Arquivologia para, a partir de um aspecto administrativo, evocarmos outras interpretações sobre “política arquivística”. Do entendimento de política do autor compreendemos a importância em estudar e efetivar as políticas arquivísticas. E ainda, percebendo a relação histórica da Arquivologia com a Administração, pensar política a partir desses campos do saber torna-se pertinente. O teórico que percebe a política dessa maneira é Francisco Lacombe, em sua obra *Dicionário de Administração*

conjunto de declarações escritas a respeito das intenções da instituição em relação a determinado assunto. As políticas indicam o conjunto sistemático de meios e a forma desejados para atingir os objetivos principais. Se bem estabelecidas e executadas, conduzem a esses objetivos. São formuladas, em geral, de forma ampla e abrangente, não entrando em detalhes, e proporcionam as linhas mestras para orientar tanto as decisões mais importantes, quanto a formulação dos objetivos setoriais e das normas. Uma vez instituídas, tendem a permanecer em vigor por períodos mais ou menos longos. Orientam a formulação dos procedimentos, os quais, em geral, são detalhados e escritos sob a forma de normas. As políticas também são às vezes chamadas de diretrizes (LACOMBE, 2004, p.245).

Por isso, uma área auxiliando a outra com seus métodos e conhecimento justifica a necessidade de se ter políticas arquivísticas abertas ao diálogo com outras áreas do conhecimento, visando produzir políticas de gestão documental eficazes, contemplando não só os procedimentos técnicos e operacionais das atividades de produção, tramitação, classificação, avaliação e arquivamento dos documentos nas fases corrente e intermediária, com a finalidade de eliminação ou recolhimento à guarda permanente, mas preocupadas com a sustentabilidade do arquivo, conservando e preservando o acervo, para que possa dar acessibilidade à informação sobre sua custódia (BARBOSA, 2015, p. 91). Ainda, nesse sentido, Mardômio (2018) propõe a

definição da política arquivística – formulada com base no contexto jurídico-administrativo, estrutura organizacional, missão, competências, funções e atividades. Articulada com as demais políticas de sistema e de segurança da informação, e que tenha o objetivo de produzir, manter e preservar documentos confiáveis, autênticos, acessíveis, compreensíveis e que possam ser preservados. No formato de uma declaração de intenções, a política deve conter procedimentos necessários para serem alcançada e implementada em todos os níveis hierárquicos. O apoio dos gestores dos recursos e a formação

de grupo de trabalho serão indispensáveis. Um trabalho de sensibilização sobre a relevância da gestão de documentos e o papel de cada um nesse contexto, de forma a explicitar responsabilidades e designar autoridades, por exemplo, indicar quem for produzir e capturar documentos; (SANTOS JUNIOR, 2018, p. 134).

O autor permeia o entendimento da temática através do olhar da gestão, de gestores, tanto no âmbito público quanto no privado, e o quanto podem e devem influenciar ações locais quando compete a causa arquivística. Junior (1998, p.18) afirma que a história dos arquivos é marcada por seu intenso envolvimento com a Administração e com a necessidade humana de criar e preservar registros documentais, que permitam a consolidação de garantias individuais/coletivas como instrumento básico do cidadão.

As iniciativas governamentais e públicas serviram de elementos norteadores para a produção de conhecimento e ações que permitem considerarmos as políticas arquivísticas. Uma das primeiras demonstrações de preocupação em instituir uma “política arquivística” no Brasil foi com a criação do Sistema Nacional de Arquivos, em 1978, e como marco legal a Lei de Arquivos de 1991 / Lei 8.159 aprovada pelo Congresso Nacional. Mesmo tendo um caráter público, de Administração do Estado, essas instituições trazem diretrizes que permitem pensar políticas arquivísticas de um ponto de vista mais geral, servindo para aplicação em todos os setores da sociedade.

No entanto, mesmo destacando a importância dessas iniciativas legais, não podemos confundir “políticas arquivísticas” com a formulação de legislação. A criação de leis e sua aplicação são apenas instrumentos que facilitarão a introdução de políticas na arquivologia. Assim, Rodrigues (2015) justifica

quando falamos em política arquivística, falamos, no mínimo, em uma opção político-gerencial a envolver recursos legais, técnico-científicos, pessoas, tecnologia, etc. Tais recursos, articulados num conjunto de princípios e 40 diretrizes formulados por diversos atores de uma organização, configurados num dado consenso, se plasam num ato político-administrativo formal que designa e legitima a política arquivística. Num segundo momento, a política arquivística é implementada mediante a adoção de ferramentas gerenciais consideradas as mais oportunas para a organização, desde sistemas e redes de arquivos a programas diversos. (JARDIM, 2013, p. 48 apud RODRIGUES, 2015, p.39).

Jardim esclarece algumas percepções equivocadas que fizemos ao relacionar diretamente as políticas com a implementação de normas e regulamentos. Desse modo, para ele “uma política arquivística não é baseada apenas em um conjunto de normas e procedimentos [...] é necessário que esteja associada à obtenção de recursos, sobretudo os

financeiros e humanos, a fim de permitir uma melhor fluidez na sua institucionalização” (2013, p.22). As autoras Denise e Franciele no seu texto “*A política nacional de arquivos na perspectiva das Universidades Federais do Rio Grande do Sul*” (2011) colaboram com as observações de José Maria. Para elas

há uma confusão frequente entre legislação e política arquivística. A legislação arquivística fornece elementos normalizadores à política arquivística, mas não é em si mesma uma política. Muitas vezes a legislação arquivística tende a ser considerada o marco zero de uma nova era arquivística. Mas a viabilidade dessa legislação torna-se comprometida se não forem simultaneamente instrumento e objeto de uma política arquivística (CARPES E CASTANHO, 2011, p.196).

Contudo, sabemos que não é fácil pensar políticas arquivísticas, muito menos aplicá-las nas rotinas de arquivos de diferentes instituições. São inúmeras as vivências e práticas que encontramos. Nem todas possuem um grupo qualificado, nem sequer um especialista na área. Muitas são as dificuldades, entre elas, poucas reflexões teóricas e, sobretudo, há um conhecimento escasso sobre o que é uma “política arquivística”. Nessa perspectiva, Jardim elucidada

reconhecemos, mediante experiências diversas, que nossa realidade arquivística é provavelmente tão diversa e desigual quanto o Brasil. [...] portanto, esse quadro sugere que as instituições arquivísticas, responsáveis pelas políticas arquivísticas, tenham como um objetivo prioritário a aquisição de mais conhecimento sobre o universo que é (ou deveria ser) objeto dessas políticas. (JARDIM, 2009, p.50)

Como é uma área ainda com pouca discussão teórica, são poucos os autores que evidenciam essa temática em seus trabalhos científicos. Jardim (2013, p.13) diz que “a noção de políticas arquivísticas está longe de constituir um território conceitual denso. Tampouco, se traduz em constantes aparatos metodológicos de análise. [...] As políticas arquivísticas ainda não se traduzem nas reflexões teóricas mais estruturadas, inclusive na literatura internacional.” Para José Maria Jardim

uma política arquivística tende a legitimar e a “empoderar” significativamente um serviço e uma instituição arquivística. Da mesma forma, a ausência de uma política arquivística não desqualifica ou inviabiliza totalmente uma gestão arquivística. No entanto, a sua ausência tende a tornar muito mais onerosa para gestão arquivística e a conquista de padrões de eficiência e eficácia. (JARDIM, 2013, p.48)

Percebemos ao longo das análises dos autores que “saber fazer” políticas arquivísticas depende da participação de muitos agentes, com engajamento e com ações práticas baseadas em reflexões teóricas e experiências reais. Sobretudo, quando enfatizamos o caráter interdisciplinar da área ao verificarmos, anteriormente, a influência da Administração e da Sociologiana noção de políticas arquivísticas. Nesse sentido, com o passar do tempo houve uma apropriação do significado de políticas dessas áreas para a construção do entendimento de políticas arquivísticas.

Para justificar a afirmação anterior, citamos Renato Souza (2006, p.5). Para ele políticas de arquivos devem ser pautadas inicialmente pelo direito do cidadão (sociologia) à informação e, também, pelo apoio a Administração, e proteção da memória e ao desenvolvimento científico. Conforme o autor

não podemos pensar em políticas públicas de arquivo como algo distante ou fora das políticas públicas de informação, mas isso exige que o Estado reconheça a informação como recurso gerencial intrínseco a todas as suas ações. Várias ações foram e estão sendo implementadas, mas não podemos esquecer que políticas públicas pressupõem planejamento e a sensação que tenho hoje é que nós não conseguimos, ainda, articular essas ações em programas e projetos a partir de objetivos comuns. (SOUZA, 2006, p. 14-15)

Jardim (2006) acrescenta, “[...] reconhecida na sua complexidade e variadas formas de ser conceituada e operacionalizada, está presente [políticas arquivísticas] não apenas no cotidiano de nossas instituições e serviços arquivísticos, mas também e cada vez mais, no ensino, nas investigações e no congresso. [...]”. Podemos entender também que está diretamente relacionada à gestão de documentos, que tem o objetivo de aliar procedimentos e técnicas, tornando a Administração de documentos mais eficaz e permitindo a difusão e acesso aos arquivos.

A união desses dois recursos [política arquivísticas e gestão de documentos] que estão dispostos para a Arquivologia coloca a área a serviço da cidadania, do cidadão. A eficácia desses dois elementos, de acordo com Barbosa (2016, p. 29), passa a ver os arquivos como “ferramentas da modernização administrativa, garantindo economia de recursos e eficiência na recuperação da informação [...]”. Na continuidade desse pensamento, Silva e Santos (2007, p. 85) colaboram dizendo que se faz necessária a “[...] aplicação de uma política capaz de manter e apoiar a recuperação dos registros arquivísticos de modo reflexivo, inteligível, ordenado, consistente e integrado na política de gestão da informação da organização. [...]”.

Portanto, com base nas diferentes abordagens conceituais apresentadas, é impossível negar a importância de incluir nas reflexões da área da Arquivologia a preocupação com a política e as políticas arquivísticas. Entre os autores citados, há uma unanimidade em pensar essa temática como meio de viabilizar a gestão da informação de maneira mais eficaz e concreta.

A opinião dos autores nos permitiu identificar as principais ideias a respeito dos conceitos considerados importantes para a discussão sobre as pesquisas acadêmicas que têm entre os objetos de análise as políticas arquivísticas. Conseguimos compreender que discutir a arquivística a partir das políticas que por ela podem ser pensadas e implementadas vai além da contribuição ao desenvolvimento científico da Arquivologia, é considerar, sobretudo, a função social, política e econômica que ela tem ao permitir o acesso à informação e ao “salvar” a memória ao cidadão.

5. A NOÇÃO DE “POLÍTICA” NAS DISSERTAÇÕES E TESES COM TEMÁTICA ARQUIVÍSTICA NO BRASIL

Este capítulo apresenta a análise dos usos do termo “política” nas dissertações e teses com temática arquivística desenvolvidas no Brasil no período de 2013 a 2018. Como já exemplificado no capítulo de Metodologia, para efetivarmos a análise proposta foi necessária, primeiramente, a realização de uma atividade de pesquisa empírica que resultou na “Tabela de Ocorrência de Termos” (Tabela 1), apresentando a maneira como o termo “política” apareceu nas dissertações e teses. Das 293 teses e dissertações identificadas com a temática, 63 fizeram referência diretamente ao termo “política”.

TABELA 1 - Ocorrência do termo política nas dissertações e teses com temática arquivística no período de 2013 a 2018.

OCORRÊNCIA	FREQUENCIA
política arquivística	16
política	12
política pública	9
política pública arquivística	7
política nacional de arquivos	5
política de arquivo	5
política de acesso à informação	3
política pública da informação	2
política de preservação	2
política de informação	2
política pública de preservação	1
política pública de arquivo	1
política patrimonial	1
política memorial	1
política governamental	1
política documental arquivística	1
política de proteção patrimonial	1
política de preservação digital de documentos arquivísticos	1
política de memória	1
política de gestão de documentos	1
política de arquivamento	1

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2019).

No princípio, a análise de conteúdo demonstrou que a maioria dos termos está associada à palavra “política” ou com a expressão “política(s) arquivística(s)”. No entanto, quando verificadas as produções científicas individualmente, encontramos outros vocábulos

relacionados com a temática e utilizados também como sinônimos das expressões em destaque. São exemplos: política de salvaguarda de documentos, política de gestão arquivística, política preservacionista, políticas públicas de informação, política pública de gestão e preservação de documentos arquivísticos e políticas públicas de acesso à informação.

Com base nas ocorrências com frequência maior que cinco, aprofundaremos a análise de conteúdo para as expressões diretamente relacionadas à Arquivologia. Assim, prosseguimos a discussão apresentada ao longo do Capítulo 4 em torno das influências da apropriação do termo “política”, considerando as relações interdisciplinares com a Administração e a Sociologia. Nos parágrafos seguintes vamos nos dedicar a uma observação detalhada em torno das ocorrências de “política arquivística”, “política pública arquivística”, “política nacional de arquivos” e “política de arquivo”. Retomando, essas expressões foram escolhidas, pois, são as que possuem maior ocorrência nas obras analisadas e possuem as mesmas discussões sobre os temas. Dessa mesma forma foram estruturados a organização dos conteúdos dos apêndices que serão analisados.

As teses e dissertações referenciadas no *apêndice A* aproximam o termo “política arquivística” do olhar que o campo da Administração propõe como política. Nos trabalhos que apresentam essa perspectiva existe um elemento em comum, as abordagens são feitas em cima de estudos de caso, em instituições de arquivo, sobretudo.

Os autores problematizam as “políticas arquivísticas” procurando compreender como elas, dentro do contexto institucional, podem apresentar estratégias (adoção de um plano, de um manual, etc) para solucionar problemas para o tratamento e organização de documentos. Nesse sentido, produzem documentos administrativos que regem e determinam diretrizes no campo mais particular de uma entidade.

Concluimos serem estes métodos procedimentos ligados à Administração pois, nesses trabalhos, verifica-se a “política arquivística” como ações pontuais (políticas) para facilitar o processo de gestão documental que deve partir da Administração da instituição. Para justificar, essas ponderações são próximas das observações feitas por Chiavenato (2003) anteriormente⁵.

Outros princípios da Administração são identificáveis nas teses e dissertações no apêndice A. Primeiro, recorrem à atuação da “política arquivística” como uma forma de aperfeiçoar a própria gestão administrativa-documental. Depois, percebem como a

⁵ Citadas na página 22 deste trabalho.

Administração, no âmbito institucional, aplica políticas estabelecidas previamente no espaço público, através das políticas públicas arquivísticas.

A segunda parte da análise focou nas teses e dissertações do *apêndice B*. São trabalhos que discutem seus problemas em cima das “políticas arquivísticas”, mas centradas no âmbito público, gerenciadas pelas ações do Estado. Em geral, verificam a influência das leis de arquivo, seu impacto efetivo nas instituições e seu papel de servir ao cidadão, além da sua repercussão na sociedade.

Assim como as pesquisas do *apêndice A*, no *B* também, via de regra, são estudos de caso. As entidades objetos de estudos dessas análises são públicas. A partir de seus objetivos exploram o conceito de políticas públicas e, assim, se utilizam de uma teoria conhecida da Sociologia para fazer suas abordagens.

Seguindo, os autores discutem a “política pública arquivística”, principalmente a partir das iniciativas implementadas pelo Estado. Trazem para a discussão a legislação arquivística, normas legais que foram criadas para a regulamentação de políticas públicas. Utilizam o conceito de “políticas públicas” da Sociologia para verificar o real impacto dessas leis nas instituições públicas que de maneira ideal se apresentariam como agentes condutores dessas políticas na área de arquivos. A afirmação de Renato Souza (2006) no capítulo 4⁶ deste trabalho prevê essa ligação, destacando a importância de refletir sobre as políticas públicas de arquivo. Nesse sentido, os estudos empregam essa perspectiva de natureza social para pensar a arquivologia, e assim construir e problematizar o conceito de “política pública arquivística”, constatando a contribuição do saber sociológico para a Arquivologia.

Outro grupo de análise são as teses e dissertações destacadas no *apêndice C*. Não diferente das estudadas no *apêndice B*, elas concentram seus objetivos nos estudos das políticas públicas arquivísticas, no entanto, focam suas investigações a partir das *políticas nacionais de arquivo*. Todas são unânimes na utilização dessa expressão.

Percebem que as “políticas arquivísticas” são orientadas pelas *políticas nacionais de arquivos* que têm origem em uma política de Estado que se propõe a resolver uma demanda/problema da sociedade. Essa relação anuncia mais uma vez a importância do conceito de “políticas públicas” advindo da Sociologia para pensar a arquivologia. Estipulam em seus textos o quanto uma ação governamental e social é determinante para a implementação das políticas arquivísticas nas instituições públicas que contemplam um espaço de arquivo.

⁶ Citado na página 24 deste trabalho.

Ainda, abordam como uma política pública atua para definir as competências das instituições arquivísticas públicas. No entanto, concordam ao afirmar que as *políticas nacionais de arquivos* não são instrumentos qualificados e suficientes para concretizar uma efetiva “política pública arquivística”.

O último conjunto de teses e dissertações analisado compõe o *apêndice D*. São produções que compartilham em seus textos da expressão “políticas de arquivos”. Após uma breve investigação, tendemos a achar que esse vocábulo equivale ao termo objeto da nossa pesquisa: “política arquivística”.

Além disso, conseguimos identificar em muitas afirmações desse grupo o entendimento de “políticas arquivísticas”, tanto no setor privado quanto no público, como uma ferramenta que contribui com a Administração das entidades e com a sociedade.

Muitas afirmam serem as “políticas de arquivos” uma maneira de identificar problemas e propor ações. Assim, mais uma vez, verificamos o quanto esse entendimento se aproxima do conceito de “política arquivística” e auxilia na estruturação dele como parte da terminologia arquivística.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho discutimos a apropriação do termo “política” na Arquivologia. Para tanto, buscamos compreender nesse estudo qual o sentido do termo “política” na Arquivologia dentro do contexto brasileiro. Dentro do que propomos, identificamos o uso do termo na literatura brasileira, indícios de formulações com base na associação com outras especialidades.

O caráter interdisciplinar da Arquivologia se comprovou, demonstrando que a área agrega saberes de outras disciplinas científicas. Certificamos que muito do crescimento teórico da área se dá a partir de sua interação com outras teorias e métodos, e neste caso específico, com outras terminologias. O estudo desenvolvido permitiu visualizarmos uma aproximação muito clara dos usos do termo “política” com as abordagens e conceitos oriundos dos campos da Administração e da Sociologia.

Da Administração identificamos uma aproximação em torno do sentido atribuído à “política” enquanto uma forma de promover estratégias através da produção de regimento/estatuto (interno, para uso particular) institucional que vá reger as práticas de um espaço de arquivo. Logo, para resolução de problemas estabelece ações mais pontuais, característico de uma “política arquivística” institucional.

Sob a óptica da Sociologia, observamos uma forte influência no que se refere às ações do Estado em relação aos arquivos, enquanto políticas públicas, em reconhecimento ao direito dos cidadãos. Uma noção que prevê uma conduta com alcances maiores, uma atitude que parte do Estado em resposta a uma reivindicação da sociedade.

A busca pela compreensão acerca dos contornos assumidos em torno do termo “política” no contexto da produção teórica em Arquivologia no Brasil nos leva a reiterar o caráter interdisciplinar da área que, embora seja dotada de autonomia em função dos princípios teóricos e metodológicos desenvolvidos para responder aos problemas propostos por seu objeto de estudo, requer olhares transversais para compreendê-lo.

Sendo assim, ainda que tenhamos identificado influências da Administração e da Sociologia nas noções apresentados, entendemos que os resultados constituem-se em uma primeira familiarização com o problema detectado, ou seja, o neologismo em torno de uma apropriação não dicionarizada entre os especialistas no campo da Arquivologia.

Face ao exposto, enfatizamos a importância e a necessidade da realização de pesquisas que venham a aprofundar a discussão apresentada, considerando a necessidade de incluir as

apropriações do termo “política” e “política + adjetivo” nas publicações de terminologia da área. Lembramos que, ao contrário de outras nacionalidades e idiomas, no Brasil ele não está dicionarizado, a exemplo do que ocorre no espanhol, inglês, francês e italiano.

Acreditamos que o enfoque interdisciplinar do estudo possa ser ampliado, agregando elementos da Linguística, mais precisamente, da Terminologia, como forma de desenvolver uma proposta de definições e conceitos para as nuances identificadas colaborando, desta forma, com a consolidação ou harmonização (BALMANT, 2016) da terminologia arquivística brasileira.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2011.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas**. *Ciência da Informação*, [S.l.], v. 42, n. 1, jan. 2015. ISSN 1518-8353. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1394>. Acesso em: 20 maio. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BALMANT, Fabricio Vieira. **Terminologia arquivística brasileira : estudo exploratório de publicações e termos**. Dissertação (Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos). Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11739>. Acesso em: 6 set. 2019.

BARBOSA, Valdete Barros et al. **Políticas públicas arquivísticas: acesso sustentável à informação**. *Semioses*, v. 9, n. 1, p. 88-99, 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/10.15202/1981996X.2015v9n1p88>. Acesso em: 31 maio. 2019.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **A terminologia das áreas do saber e do fazer: o caso da arquivística**. *Acervo*, [s. l.], v. 20, n. 1-2, p. 47-56, 2007. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/71/71>. Acesso em: 11 nov. 2019.

CARPES, Franciele Simon; CASTANHO, Denise Molon. **A política nacional de arquivos na perspectiva das Universidades Federais do Rio Grande do Sul**. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 16, n. 4, p. 192-211, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a12>. Acesso em: 03 maio. 2019.

CHIAVANETO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Catálogo de Teses Dissertações - CAPES**. 2019. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DIAS, Cláudia Augusto. **Terminologia: conceitos e aplicações**. *Ciência da Informação, Brasília*, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan./abr., p. 90-92, 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

DURCE, Caroline Lopes. **Requisitos para implementação de políticas arquivísticas institucionais: estudo do caso da Universidade de Brasília**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade de Brasília – Brasília, 2013 - UNB. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18031>. Acesso em: 28 out. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

JARDIM, José Maria. **Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos**. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006. Disponível em <http://www.brapci.inf.br/index.php/main/download/62325/08218be846f08977fcb22bb3f0e5e324>. Acesso em: 17 maio. 2019.

_____. **De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas?** Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal. Ciência da Informação, [S.l.], v. 42, n. 1, jan. 2015. ISSN 1518-8353. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1393>. Acesso em: 31 maio. 2019.

_____. **Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006)**. In: IX Encontro Nacional de Ciência da Informação e Biblioteconomia, São Paulo, 2008.

_____. **Diversidade arquivística e políticas de arquivos**. Ponto de Acesso, v. 3, n. 1, p. 46-59, 2009. Disponível em <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/62226>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. **A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção**. Estudos avançados em arquivologia. Marília: Oficina Universitária, p. 135-154, 2012.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

JÚNIOR, Inaldo Barbosa Marinho. **Arquivos e informação: uma parceria promissora**. A importância da gestão de documentos para os serviços, v.1, n.1, p.15-32, 1998. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003792/f4335d0f04acfc7a320ef52816ee9169/#refer..> Acesso em: 18 maio. 2019.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Dicionário de Administração**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LUZ, Marco Antônio da et al. **A LEI DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES PÚBLICAS EM CONSONÂNCIA COM O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DOS MUNICÍPIOS DA GRANDE SANTA ROSA: RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA ARQUIVÍSTICA**. 2014. Disponível em <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/11042>>. Acesso em: 30 out. 2019.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política**. Coleção Primeiros Passos nº 54. 16 edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os arquivos e a Arquivologia nas pesquisas dos Programas de Pós-Graduação strictu sensu brasileiros (1972-2015)**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 15-30, 2018. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/954/984>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. **Os Lugares da Arquivologia no Campo da Informação.** Ciência da Informação, [S.l.], v. 42, n. 1, jan. 2015. ISSN 1518-8353. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1397/1575>. Acesso em: 20 maio. 2019.

_____. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil.** 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Economia Administração Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2979/1/2007_AngelicaAlvesdaCunhaMarques.PDF>. Acesso em: 19 nov. 2019.

_____. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil.** 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Economia Administração Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/8730>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

OLIVEIRA, Rose Tenório de. **Políticas arquivísticas e suas implicações na preservação, no acesso e no uso dos documentos.** Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, p. 60-75, jan. 2011. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/19571>. Acesso em: 31 maio. 2019.

RODRIGUES, Gleice Carlos Nogueira. **ARQUIVOS, ESTADO E SOCIEDADE: ATORES E CONCEPÇÕES ARQUIVÍSTICAS NO CONTEXTO POLÍTICO (2011-2014), 2015.** Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2015.2/rodrigues-gleice-carlos-nogueira-arquivos-estado-e-sociedade-atores-e-concepcoes-arquivisticas-no-contexto-politico-2011-2014/view>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SANTOS JÚNIOR, Mardônio Lacet dos. **Intencionalidades para a gestão documental: declaração de intenções para a política pública de gestão de documentos de arquivo do Campus João Pessoa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.** Archeion Online, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 130-149, jul. 2018. ISSN 2318-6186. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/35675>. Acesso em: 07 maio. 2019.

SANTOS, Silvana Aparecida Silva dos. **Arquivos universitários: a gestão eficaz e a preservação digital. Um estudo dos sistemas acadêmicos e de recursos humanos da Universidade Federal de Minas Gerais.** 2018. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1843/BUOS-B5EJY9>>. Acesso em: 31 de out. 2019.

SILVA, Armando Malheiro et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação.** Porto : Afrontamento, 1998.

SILVA, Edna Lucia. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.

SILVA, José Fernando da. **ATUAÇÃO DOS SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS DE PREFEITURAS MUNICIPAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.**

Disponível em: <http://200.156.24.171/ppgarq/tccs/turma-2016/silva-jose-fernando-da-atuacao-dos-servicos-arquivisticos-de-prefeituras-municipais-da-regiao-metropolitana-de-belo-horizonte-na-implementacao-da-lei-de-acesso-a-informacao/view>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SILVA, Rita de Cássia Portela. A terminologia e a recuperação da informação científica: o uso dos termos Arquivologia e arquivística em dissertações e teses. *In: SEMINÁRIO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 4, 2019. Porto Alegre. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1z5dpRWomdFP0Wtsret8oEGlak7P7oXnB/view>. Acesso em 29 nov. 2019.

SILVA, Welder Antônio; SANTOS, Patrícia Kelly dos. **Gestão de Documentos: uma política arquivística capaz de contribuir com um programa de Inteligência Competitiva.** *Arquivística. net*, v. 3, n. 2, p. 78-102, 2007. Disponível em <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000005193/9fe7397cb1809339750b82d2d1ec8917/>. Acesso em: 06 maio. 2019.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: Anais do Segundo Congresso Nacional de Arquivologia.** Porto Alegre: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1026>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

THOMASSEM, Theo. **Uma primeira introdução à Arquivologia.** *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – O uso da expressão “política arquivística” nas dissertações e teses.

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
3354	<p>REPOSITÓRIO DIGITAL PARA O PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DOCUMENTAL: SUBSÍDIO PARA ACESSO E PRESERVAÇÃO DO DIÁRIO DE CLASSE</p>	<p>A presente pesquisa aborda aspectos relacionados às implicações da implementação de um Repositório Digital para o Diário de Classe Digital do Centro Universitário Franciscano, integrante do patrimônio ARQUIVÍSTICO documental da Instituição, e seu envolvimento com princípios e conceitos da ARQUIVÍSTICA, bem como da preservação digital. O Diário de Classe é o documento que contém as informações referentes ao registro de frequência escolar, avaliação dos alunos e conteúdo ministrado, servindo como fonte de prova da atividade docente. Este estudo justifica-se por entender que a implementação de um Repositório Digital, conjugada com iniciativas de preservação digital, oferece subsídios para acesso, armazenamento e preservação do patrimônio documental da UNIFRA. Sob este prisma, os objetivos do trabalho consistem em propor políticas ARQUIVÍSTICAS que perpassem o ciclo de vida para o Diário de Classe, definir o Diário de Classe enquanto documento ARQUIVÍSTICO, implementar um repositório digital para os Diários de Classe, bem como definir requisitos funcionais para repositórios digitais ARQUIVÍSTICOS confiáveis. Compreende-se que os objetivos da pesquisa são identificados como elementos norteadores que se entrelaçam e se complementam para avaliar a implementação de um repositório digital, com vistas ao armazenamento do acervo Institucional e à garantia de acesso continuado ao mesmo. Para tanto, realizou-se uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, de cunho exploratório, classificada como bibliográfica e estudo de caso. A coleta de dados foi obtida por meio de fichamento bibliográfico, da observação, de um formulário para levantamento de tipologia documental e da análise documental, sendo que os dados foram analisados à luz do marco teórico da pesquisa. Os resultados do trabalho permitiram apontar a destinação de guarda permanente para o Diário de Classe, a estrutura de classificação documental e atemporalidade da classe documental relacionada à produção do Diário de Classe. Da mesma forma, observou-se a geração de um documento com prerrogativas ARQUIVÍSTICAS, íntegro e confiável, o que resultou na produção do Diário de Classe em formato de padrão aberto, apresentado na forma manifestada, com conteúdo estável e forma fixa. Ademais, obteve-se a implementação de um repositório em conformidade com o Modelo de Referência OAIS/SAAI, bem como o documento intitulado “Recomendações para um repositório digital ARQUIVÍSTICO confiável para o Diário de Classe Digital”, identificado como Produto resultante do Mestrado Profissional. Este documento apresenta requisitos e tecnologias essenciais para preservar e armazenar documentos digitais, assim como para garantir autenticidade e acesso continuado aos objetos digitais armazenados. Por fim, conclui-se que toda e qualquer intervenção a ser feita em documentos digitais, deve impreterivelmente ser precedida de políticas ARQUIVÍSTICAS para garantir o acesso por longo prazo ao</p>	<p>Diário de classe digital. Preservação digital. Patrimônio documental. Repositório ARQUIVÍSTICO digital</p>

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
		patrimônio ARQUIVÍSTICO documental.	
401264	<p>DISCURSOS EMOLDURADOS: REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DO MUSEU DE ARTE DE SANTA CATARINA</p>	<p>O estudo histórico do antigo Museu de Arte Moderna de Florianópolis (MAMF), atual Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), apresenta muitas questões em aberto, merecendo um olhar mais atento da historiografia, tanto sobre as mudanças em sua natureza institucional como na relação do acervo com os processos mais gerais da cultura e estética. O contato com a produção de memórias, discursos, sua política ARQUIVÍSTICA e com a potência imagética de seu acervo constituem o leque de interesses desta pesquisa. Para tal estudo fizemos uma pesquisa documental que se mostrou reveladora, permitindo, por meio dos documentos encontrados, questionar algumas referências naturalizadas nas histórias sobre o museu. A narrativa se articulou a partir do estudo de algumas obras, pois um dos objetivos era dar visibilidade para o acervo. Neste caso, a opção foi olhar para algumas coleções (às vezes esquecidas no labirinto da reserva técnica) desconsiderando as cronologias engessadas e deixando à mostra as contradições e fissuras dos próprios processos de arquivamento, já que, como lugares de memória, os museus são espaços ambíguos e contraditórios.</p>	Museu. Imagem. Discurso. Arte Moderna.
472976	<p>UMA ANALÍTICA DOS MODOS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES DIANTE DO CASO DA PATRIMONIALIZAÇÃO DO CARIMBÓ NO ESTADO DO PARÁ</p>	<p>O registro do patrimônio imaterial emerge atualmente como importante foco na agenda de luta de grupos envolvidos com a temática da cultura popular, diversidade e identidade cultural. São grupos historicamente obliterados, que se tornaram alvo de uma política ARQUIVÍSTICA, que tem no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional um de seus principais agentes de promoção e produção, em nosso país. Nosso interesse nesse campo está situado junto às práticas de governo da vida, atravessado pela racionalidade neoliberal. Procuramos dar visibilidade a essa trama, por meio dos pressupostos teóricos e metodológicos delineados por Michel Foucault, a partir da problematização de práticas discursivas e não discursivas e das análises das relações de poder-saber e seus efeitos, nas produções de subjetividades decorrentes dessa trama, através da problematização de documentos que dizem sobre a política patrimonial vigente em nosso país, como é o caso do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). O caso do registro do carimbó como patrimônio cultural compõe importante elemento de análise dessa pesquisa, ao permitir um olhar mais detalhado sobre pontos de tensão da trama patrimonial, os quais foram destacados ao longo desta pesquisa, e os modos de subjetivação dela provenientes, como é o caso das subjetividades empresariais que são forjadas na racionalidade neoliberal. Os labirintos desta investigação apontam algumas composições que ajudam na empreitada de traçar linhas as quais conformem tramas mais conectadas com modos de vida não orgânicos, indicando a necessidade</p>	Política patrimonial. Carimbó. Produção de subjetividades. Governamentalidade.

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
--------	--------	--------	---------------

de um uso do saber histórico que faça a potência irruptora dos saberes borrar as linhas duras que atravessam a vida.

663354	REPOSITÓRIO DIGITAL PARA O PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DOCUMENTAL: SUBSÍDIO PARA ACESSO E PRESERVAÇÃO DO DIÁRIO DE CLASSE	<p>A presente pesquisa aborda aspectos relacionados às implicações da implementação de um Repositório Digital para o Diário de Classe Digital do Centro Universitário Franciscano, integrante do patrimônio ARQUIVÍSTICO documental da Instituição, e seu envolvimento com princípios e conceitos da ARQUIVÍSTICA, bem como da preservação digital. O Diário de Classe é o documento que contém as informações referentes ao registro de frequência escolar, avaliação dos alunos e conteúdo ministrado, servindo como fonte de prova da atividade docente. Este estudo justifica-se por entender que a implementação de um Repositório Digital, conjugada com iniciativas de preservação digital, oferece subsídios para acesso, armazenamento e preservação do patrimônio documental da UNIFRA. Sob este prisma, os objetivos do trabalho consistem em propor políticas ARQUIVÍSTICAS que perpassem o ciclo de vida para o Diário de Classe, definir o Diário de Classe enquanto documento ARQUIVÍSTICO, implementar um repositório digital para os Diários de Classe, bem como definir requisitos funcionais para repositórios digitais ARQUIVÍSTICOS confiáveis. Compreende-se que os objetivos da pesquisa são identificados como elementos norteadores que se entrelaçam e se complementam para avaliar a implementação de um repositório digital, com vistas ao armazenamento do acervo Institucional e à garantia de acesso continuado ao mesmo. Para tanto, realizou-se uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, de cunho exploratório, classificada como bibliográfica e estudo de caso. A coleta de dados foi obtida por meio de fichamento bibliográfico, da observação, de um formulário para levantamento de tipologia documental e da análise documental, sendo que os dados foram analisados à luz do marco teórico da pesquisa. Os resultados do trabalho permitiram apontar a destinação de guarda permanente para o Diário de Classe, a estrutura de classificação documental e a temporalidade da classe documental relacionada à produção do Diário de Classe. Da mesma forma, observou-se a geração de um documento com prerrogativas ARQUIVÍSTICAS, íntegro e confiável, o que resultou na produção do Diário de Classe em formato de padrão aberto, apresentado na forma manifestada, com conteúdo estável e forma fixa. Ademais, obteve-se a implementação de um repositório em conformidade com o Modelo de Referência OAIS/SAAI, bem como o documento intitulado “Recomendações para um repositório digital ARQUIVÍSTICO confiável para o Diário de Classe Digital”, identificado como Produto resultante do Mestrado Profissional. Este documento apresenta requisitos e tecnologias essenciais para preservar e armazenar documentos digitais, assim como para garantir autenticidade e acesso continuado aos objetos digitais armazenados. Por fim, conclui-se que toda e qualquer intervenção a ser feita em documentos digitais, deve preterivelmente ser precedida de políticas ARQUIVÍSTICAS para garantir o acesso por longo prazo ao patrimônio ARQUIVÍSTICO documental.</p>	Diário de classe digital. Preservação digital. Patrimônio documental. Repositório ARQUIVÍSTICO digital
--------	--	---	---

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
840447	DIMENSÕES POLÍTICO-ARQUIVÍSTICAS DA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL (2004-2012)	<p>Examina as dimensões política e técnico-científica da avaliação de documentos de arquivo. O estudo analisa a atuação das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, no período de 2004 a 2012. Contextualiza o conceito de informação na Ciência da Informação e na ARQUIVOLOGIA. Identifica as características da informação pública e da informação governamental. Apresenta o surgimento do conceito de gestão de documentos e os princípios que norteiam o processo de avaliação de documentos de arquivo. Destaca na produção do conhecimento ARQUIVÍSTICO as correntes de pensamento acerca do processo de avaliação, desde os clássicos até os pós-modernos. Adota um quadro conceitual sobre o Estado como campo informacional e sobre as políticas públicas ARQUIVÍSTICAS. Apresenta os marcos legais sobre arquivos e acesso à informação no Brasil. Descreve os marcos institucionais da política ARQUIVÍSTICA do Governo Federal. Analisa a atuação do Arquivo Nacional na orientação técnica aos órgãos integrantes do SIGA. Entrevista os Presidentes das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos de órgãos integrantes do SIGA, sediados em Brasília e no Rio de Janeiro. Verifica a adoção dos instrumentos de classificação e avaliação de documentos pelos órgãos e entidades que constituem o universo da pesquisa. Expõe e analisa os depoimentos dos servidores públicos entrevistados para verificar como se desenvolve o processo de avaliação de documentos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.</p>	<p>Avaliação de documentos de arquivo. Políticas ARQUIVÍSTICAS. Poder E</p>
1041510	REQUISITOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS INSTITUCIONAIS: ESTUDO DO CASO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	<p>Resumo: Busca responder à pergunta: existem políticas ARQUIVÍSTICAS nas instituições da Administração Pública Federal? Além desse objetivo, a pesquisa procura ainda: delimitar o conceito de políticas ARQUIVÍSTICAS institucionais a partir da identificação dos requisitos necessários para a sua implementação; identificar a situação atual da Universidade de Brasília e demais Instituições Federais de Ensino Superior quanto às questões de gestão de documentos e existência de políticas ARQUIVÍSTICAS institucionais, e; avaliar a possibilidade de construção de uma política ARQUIVÍSTICA pública e única para as IFES. A reflexão proposta orienta-se pelo estudo dos conceitos de políticas públicas e institucionais e de gestão de documentos, tentando correlacioná-los para o alcance de um conceito para políticas ARQUIVÍSTICAS institucionais. Como recurso metodológico, além da revisão teórica dos conceitos, foram aplicados questionários aos funcionários da Universidade de Brasília e aos responsáveis pelas unidades de arquivo das demais IFES, além de realizado grupo focal com representantes da unidade responsável pela gestão de documentos da UnB. Concluiu-se que muitas ações vêm sendo implementadas, no entanto, ainda é necessário trilhar um longo caminho para implementação de uma Política Nacional de Arquivos no Brasil.</p>	<p>Políticas públicas. Políticas institucionais. Políticas ARQUIVÍSTICAS. Gestão de documentos.</p>
1041510	REQUISITOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS INSTITUCIONAIS: ESTUDO DO CASO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	<p>Resumo: Busca responder à pergunta: existem políticas ARQUIVÍSTICAS nas instituições da Administração Pública Federal? Além desse objetivo, a pesquisa procura ainda: delimitar o conceito de políticas ARQUIVÍSTICAS institucionais a partir da identificação dos requisitos necessários para a sua implementação; identificar a situação atual da Universidade de Brasília e demais Instituições Federais de Ensino Superior quanto às questões de gestão de documentos e existência de</p>	<p>Políticas públicas. Políticas institucionais. Políticas ARQUIVÍSTICAS. Gestão de</p>

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
	TICAS INSTITUCIONAIS: ESTUDO DO CASO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	políticas ARQUIVÍSTICAS institucionais, e; avaliar a possibilidade de construção de uma política ARQUIVÍSTICA pública e única para as IFES. A reflexão proposta orienta-se pelo estudo dos conceitos de políticas públicas e institucionais e de gestão de documentos, tentando correlacioná-los para o alcance de um conceito para políticas ARQUIVÍSTICAS institucionais. Como recurso metodológico, além da revisão teórica dos conceitos, foram aplicados questionários aos funcionários da Universidade de Brasília e aos responsáveis pelas unidades de arquivo das demais IFES, além de realizado grupo focal com representantes da unidade responsável pela gestão de documentos da UnB. Concluiu-se que muitas ações vêm sendo implementadas, no entanto, ainda é necessário trilhar um longo caminho para implementação de uma Política Nacional de Arquivos no Brasil.	de documentos.
1472802	OS EFEITOS DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA GESTÃO DAS INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS: CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NITERÓI	Busca refletir sobre o impacto da Lei de Acesso à Informação nos arquivos universitários e identificar as iniciativas e práticas de gestão da informação ARQUIVÍSTICA no Arquivo Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO para atender a esta Lei. Como estratégia, adotou-se uma pesquisa aplicada, que possui uma abordagem qualitativa, que assumiu a forma de um estudo de caso na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Utiliza-se como base teórica a literatura das áreas da ARQUIVOLOGIA, Ciência da Informação e Administração abordando os arquivos universitários, a gestão de informação e gestão de documentos, políticas ARQUIVÍSTICAS, direito à informação, e cultura organizacional e informacional. Foi aplicado um instrumento de coleta de dados aos arquivistas para conhecer o papel do Arquivo Central como órgão estratégico para o acesso à informação na Instituição, o grau de implementação da gestão e preservação de documentos na Instituição, a relação entre a gestão de documentos e a implementação da Lei de Acesso à Informação e a cultura organizacional e informacional na Instituição. Foram realizadas entrevistas com os implementadores da Lei de Acesso à Informação e gestores da Instituição. Os resultados dessa investigação, associados à teoria pertinente, possibilitam identificar a importância da gestão de documentos para a efetivação do acesso à informação.	Lei de Acesso à Informação. Gestão da informação. Informação ARQUIVÍSTICA. Gestão de documentos. Arquivos universitários. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
2663863	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – MG: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS A	A presente pesquisa busca, através de um estudo de caso, abordar a necessidade da implementação de políticas de arquivos em instituições federais de ensino. Parata construiu-se uma pesquisa bibliográfica visando a formulação da fundamentação teórica para a dissertação, expondo conceitos do Ciclo PDCA, conhecimentos da ARQUIVOLOGIA, legislações vigentes no setor público federal e conceitos sobre gestão de documentos e arquivos. Foi apresentada na construção do trabalho a fundamentação conceitual de gestão de documentos, elucidando a realidade vivenciada na instituição foco do estudo de caso, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, no desenvolvimento de ações em consonância com o ciclo de melhoria contínua, possibilitando a construção eficaz de uma política ARQUIVÍSTICA. O ciclo PDCA e sua estrutura são	Gestão de Documentos; Ciclo PDCA; Política ARQUIVÍSTICA

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
2712726	RQUIVÍSTICOS PARA A OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO POR PDCA ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO ARQUIVÍSTICA NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	<p>apresentados como estratégia de interferência nas instituições, sendo utilizado na instituição analisada, sendo um estudo de caso exploratório único, utilizando desta ferramenta como conceito base para o processo de consolidação da aprendizagem em nível individual e setorial. O processo de construção do estudo buscou fortalecer e qualificar a pesquisa através de questionários, acesso a dados, entrevista e pela observação com o intuito da construção do conhecimento com abordagens empíricas com estruturação de boas práticas a fim de serem replicadas e melhoradas continuamente.</p> <p>Esta pesquisa baseou-se no papel mediador dos arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a partir de suas atribuições legais e nos conceitos acerca da mediação ARQUIVÍSTICA, abordando também o tema usuários de arquivo. O objetivo central foi identificar quais as estratégias de mediação são utilizadas pelos arquivistas das IFES, inclusive a influência da tecnologia da informação (TI) neste processo, na execução das suas atividades, com base nas funções ARQUIVÍSTICAS, e quais as dificuldades enfrentadas. A metodologia utilizada foi a qualitativa e os dados foram levantados a partir de entrevistas com arquivistas de IFES, com foco na implantação de políticas ARQUIVÍSTICAS e programas de gestão de documentos e, ainda, na influência da tecnologia da informação no desenvolvimento das atividades estudadas. As ações de mediação estratégica foram identificadas pelas formas de interlocução com o usuário interno, seja o produtor do documento, sejam os gestores da instituição. Na análise das ações estratégicas de mediação ARQUIVÍSTICA desenvolvidas pelos entrevistados, destaca-se a interação intensa dos arquivistas junto aos usuários internos, em uma interlocução profícua em todas as funções e atividades estudadas. Percebeu-se a necessidade de aprofundamento, no campo investigativo, de temas como os usuários no contexto ARQUIVÍSTICO, seu comportamento informacional, e o impacto do trabalho dos arquivistas no desenvolvimento de habilidades específicas e de competências por parte dos usuários (internos ou externos) de arquivos. Ou seja, propõe-se o diálogo com áreas afins, como é o caso da interlocução com temas correlatos à Ciência da Informação (CI), que tem se mostrado valiosa e proveitosa, percebendo-se que é possível enriquecer a área, sem diminuir ou enfraquecer as bases da Disciplina ARQUIVÍSTICA.</p>	Arquivistas. Mediação. Mediação ARQUIVÍSTICA. Usuários. Gestão de Usuários. Gestão de Documentos. Documentos. Tecnologia da Informação
2774173	O FUTURO DA MEMÓRIA DIGITAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA	<p>Esta tese tem como objeto as políticas de preservação da informação pública governamental digital. Insere-se em um contexto relativo aos debates sobre as políticas públicas de informação do Estado brasileiro e parte do pressuposto de que não é possível o acesso continuado à informação, já nascida digital, dissociado da gestão ARQUIVÍSTICA e da preservação digital. Faz uma análise política do processo de implantação da Lei de Acesso à Informação, no Poder Executivo Federal. Identifica e discute o contexto, as responsabilidades e as relações estabelecidas entre os atores concernidos – Controladoria-Geral da União (CGU), Arquivo Nacional (AN) e Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). A pesquisa exploratória realizada no portal da CGU identificou informações relevantes sobre ações e programas desenvolvidos, pela CGU, no âmbito de implantação da LAI em sua relação com as políticas ARQUIVÍSTICAS. Em associação,</p>	Informação; Arquivos; Políticas Públicas; Lei de Acesso à Informação; Preservação Digital; Legado do Futuro

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
		foram analisadas a legislação correlacionada à LAI e as 730 notícias capturadas no Google para identificar falas e argumentos dos atores políticos envolvidos, e assim conhecer o contexto onde a atual política de informação do Estado brasileiro se desenvolve. Ao fim, conclui que a falta ou insuficiência de mecanismos definidores de responsabilidades de cada um dos atores envolvidos implica na ausência de uma política pública que garanta aos arquivos serem, de fato, um dos elos que compõe a cadeia da política de informação contemporânea. E que, apesar da LAI possuir conformidade com as políticas ARQUIVÍSTICAS, não existe regulamentação que preveja qualquer protagonismo dos arquivos públicos no processo político de implantação da Lei de Acesso, trazendo riscos à constituição do legado digital para as gerações futuras.	
3640671	CENTROS DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS: PERFIS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS DE ACERVO	Este estudo aborda os centros de memória e documentação que fazem parte da Rede de Museus e Espaços de Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O objetivo principal desta pesquisa foi compreender os percursos desses centros de documentação e memória. Para tanto, buscou-se apreender o contexto de criação desses centros, o processo de aquisição e tratamento de acervo, com ênfase na experiência do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef/UFMG). Dessa forma, o trabalho pretende contribuir com o campo da ARQUIVOLOGIA, especialmente em relação ao diálogo estabelecido entre centros de memória e documentação e políticas ARQUIVÍSTICAS. Para analisar os referidos centros foram mobilizados documentos de gestão encontrados nos próprios centros e relatos do Projeto Memória na UFMG, que apontam as primeiras tentativas de se estabelecer uma gestão de documentos na Universidade. A partir da leitura e da análise de todo esse corpus documental, e de entrevistas realizadas com sujeitos ligados à coordenação dos centros, foi possível identificar que os centros de memória e documentação analisados possuem vocações distintas no que diz respeito à origem, composição e tratamento de acervos e surgem de uma escolha política da instituição.	Centro de memória Centro de documentação. Política ARQUIVÍSTICA
3720010	ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF) COMO GUARDIÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL	O presente trabalho reflete sobre as políticas de arquivo implementadas no País e seus impactos na política de arquivamento da Universidade Federal Fluminense, ou seja, como em diferentes governos do Brasil, sejam eles ditatoriais ou democráticos, as políticas de arquivos foram ou não determinantes para os rumos seguidos na organização ARQUIVÍSTICA da UFF. Tudo isso levando em conta o desenvolvimento da ARQUIVOLOGIA no Brasil e a profissionalização dos arquivistas. Buscou-se também estudar o processo de incorporação e fusão das diversas faculdades então existentes na cidade de Niterói e em alguns núcleos mais afastados, dando forma ao que hoje constitui a Universidade Federal Fluminense. Delineando, assim, as principais questões que envolvem a construção e a preservação da memória institucional da UFF. Por fim, analisou-se o percurso histórico do Arquivo Central da	ARQUIVISTICA; Arquivo Central da UFF; Documentos; História da UFF

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
		<p>Universidade, compreendendo como as mudanças no interior da Universidade e da política ARQUIVÍSTICA brasileira influenciaram em seu desenvolvimento. Além disso, a investigação se debruçou também sobre o impacto do decreto presidencial nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002, que regulamentou a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispunha sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.</p>	
3722499	<p>SNIIC: A PLATAFORMA DIGITAL DE CULTURA BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA DAS CONVERGÊNCIAS ENTRE O DESIGN E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</p>	<p>O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Cultural (SNIIC) é uma plataforma digital criada pelo governo federal como instrumento para o Plano Nacional de Cultura, com o objetivo de mapear e agregar, em base de dados única, informações referentes à cultura brasileira. Trata-se de um ambiente dinâmico de informações que reúne características de sistema complexo, convergente, híbrido, e que apresenta grandes desafios para sua implementação e execução. Nesse sentido nos propomos a analisar o SNIIC sob as perspectivas da Ciência da Informação e do Design da Informação, estabelecendo como objetivo geral identificar recursos e subsídios que ampliem as possibilidades de acesso, compartilhamento e apropriação da informação. A pesquisa é classificada como bibliográfica, exploratória, teórico-aplicada, uma vez que se dá a partir de um levantamento bibliográfico com intuito de conhecer e contextualizar os sistemas de informações e indicadores culturais e assim delinear o problema; é exploratória porque tem a própria plataforma como objeto para coleta dos dados, estudo e análise; teórico-aplicada, pois visa estabelecimento de um produto/serviço para melhorar o sistema de busca e recuperação da informação. Os resultados da análise confirmaram o grande potencial da plataforma, mas revelaram algumas dificuldades, tais como: deficiências na produção documental e no sistema de busca e recuperação da informação. O primeiro problema apontado pode ser corrigido com a adoção política ARQUIVÍSTICA e curadoria digital, com métodos e procedimentos relacionados ao tratamento de documentos ARQUIVÍSTICOS eletrônicos que corrijam estas deficiências na produção documental; já com relação ao segundo, indicamos a aplicação prática de um tesouro sobre convertido no modelo Simple Knowledge Organization System (SKOS) em padrão Resource Description Framework (RDF), com vistas à organização, recuperação e interoperabilidade entre diferentes sistemas de informação e Web Semântica, permitindo que o usuário realize consultas utilizando seu vocabulário de comum uso, provendo assim uma maior acessibilidade às informações mantidas pelo SNIIC.</p>	<p>Ciência da Informação. Design da Informação. Convergências de Linguagens. Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais. Curadoria digital da Cultura.</p>
4045067	<p>ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE: A FUNÇÃO</p>	<p>A tese apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a avaliação de documentos no /contexto toda política pública ARQUIVÍSTICA municipal, sendo a Prefeitura de Belo Horizonte utilizada para testar as hipóteses e pressupostos apresentados. Considera-se a avaliação de documentos umas das tarefas de maior responsabilidade do arquivista, pois é a partir dela que se dará a formação do patrimônio ARQUIVÍSTICO. Considera-se também os</p>	<p>Política ARQUIVÍSTICA; Gestão e documentos; Avaliação de documentos; Arquivo municipal; Prefeitura de Belo Horizonte.</p>

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
	AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS MUNICIPAIS NO BRASIL	<p>arquivos municipais como importantes instrumentos de transparência pública governamental, estando muito próximos aos cidadãos, pois é no município que as pessoas residem, trabalham e consomem serviços públicos. Apresenta uma breve descrição das principais correntes metodológicas da avaliação de documentos e analisa criticamente a metodologia de avaliação utilizada pela Câmara Técnica de Avaliação da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo da Prefeitura Belo Horizonte, apontando seus aspectos positivos, problemas e possíveis caminhos para seu aperfeiçoamento. Apresenta e analisa a estrutura administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte. A partir de entrevistas com gerentes ocupantes de cargos relacionados às atividades meio e às atividades-fim das diversas secretarias, pôde-se perceber a percepção desses atores sobre aspectos como a avaliação e o recolhimento de documentos, bem como sobre a atuação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Os resultados apontam para um baixo reconhecimento do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte como agente condutor de tal política além de pouco conhecimento por parte dos gestores dos procedimentos administrativos referentes à gestão de documentos, ressaltando-se um conhecimento superficial da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo da Prefeitura. Conclui-se não haver de fato uma política ARQUIVÍSTICA implementada na Prefeitura da capital mineira, a despeito de todo o trabalho desenvolvido pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte ao longo de seus vinte e cinco anos de existência.</p>	
5932549	ARQUIVOS, ESTADO E SOCIEDADE: ATORES E CONCEPÇÕES ARQUIVÍSTICAS NO CONTEXTO POLÍTICO (2011-2014)	<p>Utilizando os recursos da pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho aponta os modelos de gestão pública que teriam influenciado o Estado brasileiro nas últimas décadas: o modelo gerencial, o societal, o do Estado em rede e o da governança pública, com enfoque nas possíveis formas de participação social na construção de políticas públicas de acordo com esses modelos. Em seguida, discute o que são, qual a importância, os problemas e quais atores poderiam influenciar a construção das políticas ARQUIVÍSTICAS em âmbito nacional. Uma vez que o associativismo é a forma mais significativa de organização dos atores do campo ARQUIVÍSTICO, o trabalho explora com mais profundidade a importância das associações profissionais para as políticas ARQUIVÍSTICAS, incluindo o papel desempenhado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, especialmente nos anos 1970, até os aspectos relacionados ao associativismo contemporâneo. Posteriormente, o texto se dedica às dinâmicas ocorridas em torno do tema da Política Nacional de Arquivos desde o anúncio da transferência do Arquivo Nacional para o Ministério da Justiça em 2011, até o ano de 2014, com destaque para a Conferência Nacional de Arquivos (Cnarq) e o processo de Revisão da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Nesses marcos, foram analisadas as concepções ARQUIVÍSTICAS de atores representando sete segmentos da área, comparando-as com as escolhas feitas pelo Conselho Nacional de Arquivos - Conarq em torno dos seguintes temas: definição de Política Nacional de Arquivos; definições e competências das instituições ARQUIVÍSTICAS; competência, composição, vinculação e Presidência do Conarq. Por fim, o trabalho discute as mudanças e permanências no contexto político pós Cnarq, apresentando uma análise de</p>	Política Nacional de Arquivos; Conferência Nacional de Arquivos; Lei nº 8.159/1991; Associativismo na ARQUIVOLOGIA

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
		conjuntura sobre os temas dos arquivos, apontando elementos para a formulação de uma agenda e ressaltando a necessidade de organização coletiva dos atores para enfrentar os desafios da área.	
6747382	A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS SOB A ÓTICA DE NOVOS ACONTECIMENTOS: A I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS E O PLANO NACIONAL SETORIAL DE ARQUIVOS	Este trabalho visa apresentar a contribuição na elaboração de uma política nacional de arquivos a partir da apresentação de dois documentos que lhe são diretamente relacionados: o relatório final da I Conferência Nacional de Arquivos e o Plano Nacional Setorial de Arquivos. Partindo da contextualização do conceito de política pública e considerando os conhecimentos já referendados sobre políticas públicas ARQUIVÍSTICAS, traça-se um histórico da política nacional de arquivos partindo da atuação dos atores que se envolvem ou interferem em sua elaboração. Este delineamento se justifica com a finalidade de se identificar obstáculos e fatores que justifiquem a atuação dos atores contemporâneos na construção da política e de permitir a inserção de novos atores aparentemente isolados deste processo de produção de políticas públicas para arquivos. A metodologia de pesquisa concentrou-se no exame da literatura, análise das atas de reunião do Conselho Nacional de Arquivos e das duas publicações já referidas anteriormente a fim de desenhar o contexto de iniciativas colaborativas na elaboração da política nacional de arquivos. A problemática identificada está relacionada à assertiva de que apenas a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, não é um instrumento qualificado para a implementação de um instrumento complexo como uma política pública ARQUIVÍSTICA. Esta condição é, então, explorada em documentos de maior complexidade para a elaboração de políticas ARQUIVÍSTICAS levando em consideração a atuação do órgão responsável pela definição da política nacional de arquivos.	Políticas Públicas; Política ARQUIVÍSTICA ;Política Nacional de Arquivos;Conferência Nacional de Arquivos.
7134899	SISTEMA DE ARQUIVOS: UMA PROPOSTA DE GESTÃO DOCUMENTAL COORDENADA PARA A UFT	A complexidade cada vez maior das atividades realizadas nas instituições e o desenvolvimento dos meios de comunicação acarretaram o aumento da produção de documentos e culminou com a explosão informacional na primeira metade do século XX. Este cenário de produção documental indiscriminada, atrelada à instituições cada vez mais dinâmicas, que demandam agilidade no acesso à informações estratégicas para as tomadas de decisões, trouxe consigo a ideia de se criarem rotinas e metodologias próprias para a problemática dos arquivos. A conjuntura se aplica aos órgãos públicos da Administração Pública Federal no qual são detentores de grande massa documental acumulada. Desta forma, os arquivos governamentais brasileiros demandaram dispositivos legais que obrigam as instituições públicas a implantarem políticas ARQUIVÍSTICAS institucionais que garantam o rápido acesso às informações e a preservação dos documentos públicos. Diante da problemática dos arquivos sem o devido tratamento técnico, a UFT começa a dar os primeiros passos para a efetivação de sua Política ARQUIVÍSTICA Institucional, a partir da criação da Diretoria de Gestão Documental, que	Sistemas de arquivos; Política ARQUIVÍSTICA ;Gestão documental

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
--------	--------	--------	---------------

tem a missão de implantar um Programa de Gestão Documental na universidade. Sob essa ótica, o presente trabalho pretende analisar o contexto do modelo de gestão sistêmica de arquivos no qual envolve adoção de políticas, normas, procedimentos e recursos institucionais e que se configura como o modelo que garantirá a racionalização dos arquivos diante das características organizacionais da universidade. Para o desenvolvimento deste trabalho, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental com o intuito de destrinchar os elementos que compõem um Sistema de Arquivos e apresentar as diretrizes necessárias para a implantação do modelo de gestão documental no ambiente organizacional da UFT.

APÊNDICE B – O uso da expressão “política pública arquivística” nas dissertações e teses.

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
1603888	OLHARES E PERSPECTIVAS DA IMPRENSA SOBRE A LAI: PONTUAÇÕES ACERCA DO ACESSO À INFORMAÇÃO	No Brasil o direito ao acesso à informação está previsto no Artigo 5º da Constituição de 1988, fato que apoiou a implementação da Lei de Arquivos (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991). Mesmo com as transformações por quais passou o país desde a redemocratização, o acesso à informação vivenciou momentos de instabilidade como o que instituiu a Lei nº 11.111/05. A Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, foi sancionada num período de sincronia com o cenário internacional de transparência. Sua instituição no país pode ser vista como uma busca para vencer a cultura do segredo que prevalece na gestão pública. Nesta conjuntura os arquivos públicos, se devidamente instituídos e potencializados, seriam instrumentos que auxiliariam no processo de transição desta cultura de sigilo e opacidade para uma de transparência. Tratam-se de órgãos fundamentais nos processos de gestão documental necessários ao acesso à informação e à accountability democrática. Para mapear como a sociedade civil apreendeu a LAI, e a participação, ou não, dos arquivos públicos neste processo, escolheu-se como metodologia a captação de notícias e a posterior análise quantitativa e qualitativa em cinco periódicos: “Brasil de Fato”, “Estadão”, “O Globo”, “Revista Fórum” e “Ucho.Info”, entre maio de 2009 e abril de 2014. A escolha de olhar da mídia sobre o processo se deu por compreendê-la como “freios e contrapesos” da ação estatal, fiscalizando e denunciando excessos e traduzindo a uma linguagem de massa questões que ficariam desconhecidas. De antemão, percebeu-se que as instituições ARQUIVÍSTICAS apareceram de forma incipiente nos dados coletados. Mesmo com aparato legal conferindo-lhes suporte, não cumpriram seu propósito e não obtiveram o reconhecimento de sua importância para a sociedade. As tradições características do Estado brasileiro tornam o arquivo local de silêncios e, ao mesmo tempo, um grande desconhecido pela maior parte da sociedade. Este contexto dificulta a elaboração de programas de gestão de documentos e informação, fato que ratificaria a ausência de políticas públicas ARQUIVÍSTICAS que tornariam a aplicação da LAI possível.	Arquivos, democracia; accountability democrática; direito à informação, lei de acesso à informação (LAI); mídia; políticas públicas ARQUIVÍSTICAS .
1602332	O ACESSO NOS ARQUIVOS DE INSTITUIÇÕES DE SAÚDE: ENTRE O DIREITO À INFORMAÇÃO E O DIREITO À INTIMIDADE	Este estudo visa analisar o acesso aos documentos de arquivos das instituições de saúde. Os arquivos de instituições de saúde servem a prestação de serviços de assistência médica, auxiliam os processos de gestão hospitalar, e representam ainda uma parcela dos acervos ARQUIVÍSTICOS úteis às pesquisas nas áreas de medicina e a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas de saúde. Os prontuários do paciente constituem nestes arquivos um de seus principais componentes. Estes documentos registram a atividade de prestação da saúde dispensada ao paciente e servem também como prova jurídica, tanto no âmbito civil, penal e administrativo. Por meio de uma pesquisa de campo voltada a coleta de dados junto às instituições de saúde do Rio de Janeiro, se buscou conhecer o atual panorama dos seus serviços de arquivos para verificar se os mesmos encontram-se em condições de propiciar ao cidadão o acesso à informação e ao mesmo tempo garantir a privacidade do paciente. Embora estes serviços atendam à finalidade de apoio à assistência à saúde, no que diz respeito a prestação da	Informação em Saúde; Políticas Públicas ARQUIVÍSTICAS ; Arquivos de Instituições de Saúde; Prontuário do Paciente; Acesso à Informação.

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
		<p>informação ao cidadão, ainda não alcançam outras categorias de usuários da informação além dos profissionais da saúde e os pacientes. Falta-lhes institucionalidade e neste sentido não são percebidos como instrumento de apoio à gestão e tampouco reconhecidos como recursos de informação ao desenvolvimento científico e cultural como preconiza a Lei de Arquivos.</p> <p>Analisa os obstáculos e as perspectivas dos serviços ARQUIVÍSTICOS do Poder Executivo Federal como atores no processo de implantação da Lei de acesso à informação no primeiro ano de vigência da lei, de junho de 2012 a maio de 2013, tendo como referência: o Ministério da Justiça, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Para tanto, verifica a participação dos serviços ARQUIVÍSTICOS federais como atores nos programas e práticas decorrentes da implementação da Lei de Acesso à Informação nos órgãos do Poder Executivo Federal a partir da identificação da articulação dos Serviços de Informação ao Cidadão com os Serviços ARQUIVÍSTICOS. Sob o método qualitativo foram coletados e analisados os dados relativos à articulação entre os Serviços de Informação ao Cidadão e dos Serviços ARQUIVÍSTICOS dos Ministérios analisados no período indicado. Aborda a compreensão da construção da democracia e da cidadania contemporânea e identifica o direito à informação como um novo elemento no exercício da cidadania. A existência de políticas públicas de informação e de políticas públicas ARQUIVÍSTICAS é examinada no contexto do Estado enquanto campo informacional. São discutidos aspectos sobre a inserção dos arquivos e da gestão de documentos na perspectiva do acesso à informação. As reformas ocorridas na Administração pública federal são reconhecidas em sua perspectiva histórica. Relaciona-se a inserção dos serviços ARQUIVÍSTICOS na estrutura do poder público federal. Verifica-se a existência de articulação entre os serviços de informação ao cidadão e os serviços ARQUIVÍSTICOS federais, bem como a atuação destes no processo de implementação da lei de acesso à informação no Poder Executivo Federal. Apesar desta articulação, constatou-se que a participação dos serviços ARQUIVÍSTICOS neste processo é incipiente e que os arquivos permanecem sem serem reconhecidos como instrumentos de boa gestão governamental e de garantia de direitos e deveres dos cidadãos e do Estado.</p>	
2082912	IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS		Serviços ARQUIVÍSTICOS. Gestão de documentos. Direito à informação. Lei de acesso à informação. Poder Executivo Federal.
4045067	ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE: A FUNÇÃO AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS MUNICIPAIS NO BRASIL	<p>A tese apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a avaliação de documentos no contexto da política pública ARQUIVÍSTICA municipal, sendo a Prefeitura de Belo Horizonte utilizada para testar as hipóteses e pressupostos apresentados. Considera-se a avaliação de documentos uma das tarefas de maior responsabilidade do arquivista, pois é a partir dela que se dará a formação do patrimônio ARQUIVÍSTICO. Considera-se também os arquivos municipais como importantes instrumentos de transparência pública governamental, estando muito próximos aos cidadãos, pois é no município que as pessoas residem, trabalham e consomem serviços públicos. Apresenta uma breve descrição das principais correntes metodológicas da avaliação de documentos e analisa criticamente a metodologia de avaliação utilizada pela Câmara Técnica de Avaliação da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo da Prefeitura Belo Horizonte, apontando seus aspectos positivos, problemas e possíveis caminhos para seu aperfeiçoamento. Apresenta e analisa a estrutura administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte. A partir de entrevistas com gerentes ocupantes de cargos relacionados às atividades meio e às</p>	Política ARQUIVÍSTICA; Gestão e documentos; Avaliação de documentos; Arquivo municipal; Prefeitura de Belo Horizonte.

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
		<p>atividades-fim das diversas secretarias, pôde-se perceber a percepção desses atores sobre aspectos como a avaliação e o recolhimento de documentos, bem como sobre a atuação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Os resultados apontam para um baixo reconhecimento do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte como agente condutor de tal política além de pouco conhecimento por parte dos gestores dos procedimentos administrativos referentes à gestão de documentos, ressaltando-se um conhecimento superficial da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo da Prefeitura. Conclui-se não haver de fato uma política ARQUIVÍSTICA implementada na Prefeitura da capital mineira, a despeito de todo o trabalho desenvolvido pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte ao longo de seus vinte e cinco anos de existência.</p>	
6792472	<p>LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA E GESTÃO DE DOCUMENTOS DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE (SC): PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO</p>	<p>Esta pesquisa tem como objetivo analisar os impactos da legislação ARQUIVÍSTICA da Prefeitura de Joinville (SC), no que se refere à gestão de documentos e à preservação do patrimônio documental ARQUIVÍSTICO, fontes de história e de memória da cidade e direito de todos os cidadãos. Com uma abordagem teórica acerca das temáticas de memória e patrimônio, mais especificamente o patrimônio documental ARQUIVÍSTICO, gestão de documentos, legislação e políticas públicas ARQUIVÍSTICAS, apresentando o contexto catarinense, e um breve histórico do Arquivo Histórico de Joinville, enquanto a instituição ARQUIVÍSTICA do Município de Joinville, esta pesquisa investigou a implementação da gestão de documentos na Administração pública municipal, visando a preservação do patrimônio documental ARQUIVÍSTICO joinvilense. Utilizou-se como metodologia para a coleta de dados desta pesquisa, caracterizada em um Estudo de Caso, a observação participante e observação direta nas unidades estudadas, além de pesquisa bibliográfica e documental. Como produto, apresenta-se uma minuta de Manual de Gestão de Documentos. A pesquisa permitiu identificar que uma legislação ARQUIVÍSTICA defasada causa impactos negativos na gestão de documentos da Prefeitura de Joinville, refletindo na preservação do patrimônio documental ARQUIVÍSTICO do município e não conseguir garantir a proteção dos documentos ARQUIVÍSTICOS públicos de caráter permanente. Constata-se ainda que aspectos políticos da Administração pública municipal joinvilense estão interferindo na construção e na implementação de políticas públicas ARQUIVÍSTICAS e, conseqüentemente, nas práticas ARQUIVÍSTICAS, inclusive na atuação do Arquivo Histórico de Joinville. Conclui-se que há a necessidade de (re)construir a legislação ARQUIVÍSTICA municipal pautada na legislação estadual e federal e nos estudos do campo ARQUIVÍSTICO, para que seja capaz de implementar uma política de gestão de documentos nos órgãos e entidades da Prefeitura de Joinville e possibilitar a preservação do patrimônio documental ARQUIVÍSTICO, ao garantir que os documentos permanentes, aqueles avaliados como de valor histórico-cultural, probatório e informativo sejam preservados.</p>	<p>Arquivo Histórico de Joinville (SC); Gestão de Documentos – Arquivo Histórico de Joinville (SC); Patrimônio Documental ARQUIVÍSTICO; Arquivo Municipal; Legislação ARQUIVÍSTICA.</p>
747382	<p>A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS SOB A ÓTICA DE NOVOS ACONTECIMENTOS: A I</p>	<p>Este trabalho visa apresentar a contribuição na elaboração de uma política nacional de arquivos a partir da apresentação de dois documentos que lhe são diretamente relacionados: o relatório final da I Conferência Nacional de Arquivos e o Plano Nacional Setorial de Arquivos. Partindo da contextualização do conceito de política pública e considerando os conhecimentos já referendados sobre políticas públicas ARQUIVÍSTICAS, traça-se um histórico da política nacional de arquivos partindo da atuação</p>	<p>Políticas Públicas; Política ARQUIVÍSTICA; Política Nacional de Arquivos; Conferência</p>

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
	CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS E O PLANO NACIONAL SETORIAL DE ARQUIVOS	dos atores que se envolvem ou interferem em sua elaboração. Este delineamento se justifica com a finalidade de se identificar obstáculos e fatores que justifiquem a atuação dos atores contemporâneos na construção da política e de permitir a inserção de novos atores aparentemente isolados deste processo de produção de políticas públicas para arquivos. A metodologia de pesquisa concentrou-se no exame da literatura, análise das atas de reunião do Conselho Nacional de Arquivos e das duas publicações já referidas anteriormente a fim de desenhar o contexto de iniciativas colaborativas na elaboração da política nacional de arquivos. A problemática identificada está relacionada à assertiva de que apenas a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, não é um instrumento qualificado para a implementação de um instrumento complexo como uma política pública ARQUIVÍSTICA. Esta condição é, então, explorada em documentos de maior complexidade para a elaboração de políticas ARQUIVÍSTICAS levando em consideração a atuação do órgão responsável pela definição da política nacional de arquivos.	Nacional de Arquivos.
6333316	IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, RJ: O GUIA DO APERJ E A ISDIAH COMO BASE DO INSTRUMENTO DE PESQUISA	Estudo sobre a identificação do patrimônio documental ARQUIVÍSTICO do município de Angra dos Reis, localizado na região Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro. Diante do fato de cidade não possuir um arquivo público municipal se impôs o questionamento sobre quais eram as instituições com acervo ARQUIVÍSTICO disponíveis para consulta na cidade. O objetivo geral foi desenvolver estudo de identificação do patrimônio documental ARQUIVÍSTICO em Angra dos Reis como contribuição para as políticas públicas de criação de arquivos municipais. Os objetivos específicos foram: abordar os fundamentos teóricos dos arquivos e das políticas públicas para arquivos municipais como requisito do direito à memória e acesso à informação, identificar o patrimônio documental ARQUIVÍSTICO e as instituições custodidoras de acervos da cidade e elaborar um diagnóstico do patrimônio documental ARQUIVÍSTICO do município de Angra dos Reis. A fundamentação teórica contextualiza os arquivos no campo da Política Nacional de Arquivo e das Políticas Públicas de Cultura no Brasil, articulando o tema da pesquisa com o campo dos estudos sobre memórias e acervos. Apresenta as origens, conceitos e atributos dos arquivos e define o papel estratégico do arquivo público municipal para a elaboração e implantação de políticas públicas ARQUIVÍSTICAS. Revisita o conceito de patrimônio documental à luz dos conceitos ARQUIVÍSTICOS que balizam a noção de documento para alcançar a definição do conceito de patrimônio documental ARQUIVÍSTICO. A metodologia contribui para ampliar a descrição ARQUIVÍSTICA das instituições mapeadas pelo Guia do APERJ e contempla novas instituições informantes. A Norma Internacional ISDIAH, elaborada em 2008 pelo Comitê de Boas Práticas e Normas do Conselho Internacional de Arquivos (CBPN/CIA), foi utilizada como parâmetro de formulário de descrição das instituições com acervo ARQUIVÍSTICO. O breve histórico do município de Angra dos Reis considerou a produção historiográfica local sobre as instituições que preservam arquivos de modo estratégico para a definição dos históricos institucionais e para a compreensão dos diálogos e das relações construídas.	Patrimônio documental ARQUIVÍSTICO; Normas e técnicas arquivísticas; Arquivo Público Municipal; Angra dos Reis
5290000	1ª CNARQ: a Conferência Nacional de Arquivos e a	O objetivo deste estudo é analisar a 1ª Conferência Nacional de Arquivos (CNARQ) - evento resultante da mobilização da comunidade ARQUIVÍSTICA brasileira e de alguns segmentos da sociedade civil, provocada pela transferência do Arquivo Nacional	Arquivos. Participação social. Políticas públicas.

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
	<p>construção de uma política nacional para os arquivos brasileiros</p>	<p>para o Ministério da Justiça, no ano de 2011 - como uma das etapas do processo de elaboração de uma política nacional para os arquivos brasileiros. A pesquisa guiou-se pela questão: Por que a política nacional de arquivos, cujo um dos palcos fundamentais de atuação foi a referida conferência, não progrediu? Considerando tal pergunta, procurou-se analisar os motivos da política nacional de arquivos não ter avançado no processo de políticas públicas, assim como pesquisou-se os seguintes objetivos específicos: 1) situar o processo de construção da política nacional de arquivos no ciclo de políticas públicas; 2) mapear o arcabouço jurídico que demonstra o interesse público pelos arquivos no Brasil; 3) identificar a ação política exercida pelo Arquivo Nacional, pelo CONARQ e pelos atores ARQUIVÍSTICOS em prol da elaboração de leis e políticas públicas que promovam o desenvolvimento da área; e 4) analisar a 1ª CNARQ enquanto etapa do ciclo de políticas públicas e mecanismo de participação social na construção da referida política. Os condicionantes de efetividade das conferências nacionais foram utilizados para avaliar a efetividade da 1ª CNARQ e os impactos dela sobre a elaboração da política nacional de arquivos. A metodologia desta investigação qualitativa englobou pesquisa bibliográfica e documental, além de coleta de dados junto a pessoas. Os resultados evidenciaram que as políticas públicas ARQUIVÍSTICAS contam com atores pouco experientes em pressionar e monitorar as ações do governo e que encontram-se, em sua maioria, distanciados do processo de gestão de políticas públicas. Observou-se também que o evento não foi convocado pela vontade política do governo e que não privilegiou a participação de membros da sociedade civil, muito embora tenha assumido um formato que favoreceu a deliberação dos participantes. Combinados, estes aspectos impactaram negativamente a efetividade desta conferência, criando as condições para que as propostas prioritárias nela aprovadas - a revisão da Lei nº 8.159/1991 e do decreto nº 4.073/2002, além da elaboração de um plano de ação para os arquivos públicos e privados -, não encontrassem condições adequadas para a sua materialização e posterior incorporação pelo governo. Destaca-se também que as dificuldades do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em estabelecer uma política nacional de arquivos, assim como a descontinuidade da pressão e mobilização dos atores ARQUIVÍSTICOS após a conferência, representam sérios entraves na formulação de uma política nacional para os arquivos brasileiros.</p>	<p>Política nacional de arquivos.</p>

APÊNDICE C – O uso da expressão “política nacional de arquivos” nas dissertações e teses.

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
5932549	ARQUIVOS, ESTADO E SOCIEDADE: ATORES E CONCEPÇÕES ARQUIVÍSTICAS NO CONTEXTO POLÍTICO (2011-2014)	Utilizando os recursos da pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho aponta os modelos de gestão pública que teriam influenciado o Estado brasileiro nas últimas décadas: o modelo gerencial, o societal, o do Estado em rede e o da governança pública, com enfoque nas possíveis formas de participação social na construção de políticas públicas de acordo com esses modelos. Em seguida, discute o que são, qual a importância, os problemas e quais atores poderiam influenciar a construção das políticas ARQUIVÍSTICAS em âmbito nacional. Uma vez que o associativismo é a forma mais significativa de organização dos atores do campo ARQUIVÍSTICO, o trabalho explora com mais profundidade a importância das associações profissionais para as políticas ARQUIVÍSTICAS, incluindo o papel desempenhado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, especialmente nos anos 1970, até os aspectos relacionados ao associativismo contemporâneo. Posteriormente, o texto se dedica às dinâmicas ocorridas em torno do tema da Política Nacional de Arquivos desde o anúncio da transferência do Arquivo Nacional para o Ministério da Justiça em 2011, até o ano de 2014, com destaque para a Conferência Nacional de Arquivos (Cnarq) e o processo de Revisão da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Nesses marcos, foram analisadas as concepções ARQUIVÍSTICAS de atores representando sete segmentos da área, comparando-as com as escolhas feitas pelo Conselho Nacional de Arquivos - Conarq em torno dos seguintes temas: definição de Política Nacional de Arquivos ; definições e competências das instituições ARQUIVÍSTICAS; competência, composição, vinculação e Presidência do Conarq. Por fim, o trabalho discute as mudanças e permanências no contexto político pós Cnarq, apresentando uma análise de conjuntura sobre os temas dos arquivos, apontando elementos para a formulação de uma agenda e ressaltando a necessidade de organização coletiva dos atores para enfrentar os desafios da área.	Política Nacional de Arquivos ; Conferência Nacional de Arquivos; Lei nº 8.159/1991; Associativismo na ARQUIVOLOGIA
4972354	UMA POLÍTICA DE IDENTIFICAÇÃO DE FUNDOS, DESCRIÇÃO E DIFUSÃO DOCUMENTAL EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES)	A Universidade Federal de Ciências da Saúde (UFCSA) tem origem no ano de 1953, sendo uma universidade especializada na área da saúde, construída em um momento histórico e cultural de carência de médicos no Rio Grande do Sul. Essa instituição tem a função ensino, pesquisa e extensão. Sua construção histórica, assim como o valor do seu acervo custodiado justifica a realização dessa pesquisa, uma vez que, ao longo dos anos, passou por mudanças estruturais, jurídicas e regulamentares. O objetivo desta pesquisa é a identificação e a proposição de uma sistemática de arranjo e descrição visando à difusão dos instrumentos de pesquisa: guia e inventário, por meio da utilização da plataforma digital, ICA-AtoM (AtoM). Os documentos desse acervo, comprovam relações políticas, sociais e culturais dessa instituição desde sua criação até as transformações curriculares e a criação de cursos acadêmicos. Como teoria para embasar a pesquisa foram abordados referenciais concernente à cultura, patrimônio cultural, patrimônio documental ARQUIVÍSTICO. Também foram discutidos aspectos relativos à ARQUIVÍSTICA Pós-Moderna, Diplomática Contemporânea e documento ARQUIVÍSTICO. Por fim foram debatidas as funções ARQUIVÍSTICAS com ênfase em arranjo, descrição e difusão, com enfoque na elaboração de instrumentos de pesquisa via ICA-AtoM (AtoM) em consonância com a política nacional de arquivos . O alicerce desse estudo constituiu	ARQUIVOLOGIA; Patrimônio Documental ARQUIVÍSTICO; Arranjo; Descrição

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
		<p>levantar um histórico completo da instituição e de seu acervo documental. Apesquisa é de natureza aplicada, tendo uma abordagem qualitativa descritiva. Emrelação aos objetivos é descritiva e quanto aos procedimentos técnicos constitui-seem um estudo de caso, embasado pela consulta a bibliografia e aos documentos.Essa pesquisa permitiu identificar e sistematizar os fundos documentais, estabeleceruma sistemática de arranjo para o acervo da UFCSPA, assim como, criar osinstrumentos de pesquisa guia e inventário para acesso e difusão dos conjuntosdocumentais. Como produto elaborado está o guia (geral) e o inventário (específico)do acervo dessa universidade. Ambos os instrumentos são fundamentais para oacesso à informação, importante dar continuidade ao trabalho por meio daelaboração de um catálogo e a disponibilização online de outros conjuntosdocumentais na plataforma ICA-AtoM (AtoM). Essa pesquisa pode ser aplicada àsIFES, visto que seguem metodologias semelhantes no que tange as políticasARQUIVÍSTICAS, assim como possuem em comum as suas atividades-fim.</p>	
3720010	ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF) COMO GUARDIÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL	<p>O presente trabalho reflete sobre as políticas de arquivo implementadas no País e seus impactos na política de arquivamento da Universidade Federal Fluminense, ou seja, como em diferentes governos do Brasil, sejam eles ditatoriais ou democráticos, as políticas de arquivos foram ou não determinantes para os rumos seguidos na organização ARQUIVÍSTICA da UFF. Tudo isso levando em conta o desenvolvimento da ARQUIVOLOGIA no Brasil e a profissionalização dos arquivistas. Buscou-se também estudar o processo de incorporação e fusão das diversas faculdades então existentes na cidade de Niterói e em alguns núcleos mais afastados, dando forma ao que hoje constitui a Universidade Federal Fluminense. Delineando, assim, as principais questões que envolvem a construção e a preservação da memória institucional da UFF. Por fim, analisou-se o percurso histórico do Arquivo Central da Universidade, compreendendo como as mudanças no interior da Universidade e da política ARQUIVÍSTICA brasileira influenciaram em seu desenvolvimento. Além disso, a investigação se debruçou também sobre o impacto do decreto presidencial nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002, que regulamentou a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispunha sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.</p>	ARQUIVISTICA;Arquivo Central da UFF;Documentos;História da UFF
1041510	REQUISITOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS INSTITUCIONAIS: ESTUDO DO CASO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.	<p>Resumo: Busca responder à pergunta: existem políticas ARQUIVÍSTICAS nas instituições da Administração Pública Federal? Além desse objetivo, a pesquisa procura ainda: delimitar o conceito de políticas ARQUIVÍSTICAS institucionais a partir da identificação dos requisitos necessários para a sua implementação; identificar a situação atual da Universidade de Brasília e demais Instituições Federais de Ensino Superior quanto às questões de gestão de documentos e existência de políticas ARQUIVÍSTICAS institucionais, e; avaliar a possibilidade de construção de uma política ARQUIVÍSTICA pública e única para as IFES. A reflexão proposta orienta-se pelo estudo dos conceitos de políticas públicas e institucionais e de gestão de documentos, tentando correlacioná-los para o alcance de um conceito para políticas ARQUIVÍSTICAS institucionais. Como recurso metodológico, além da revisão teórica dos conceitos, foram aplicados questionários aos funcionários da Universidade de Brasília e aos responsáveis pelas unidades de arquivo das demais IFES, além de realizado grupo focal com representantes da unidade responsável pela</p>	Políticas públicas. Políticas institucionais. Políticas ARQUIVÍSTICAS. Gestão de documentos.

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
		gestão de documentos da UnB. Concluiu-se que muitas ações vêm sendo implementadas, no entanto, ainda é necessário trilhar um longo caminho para implementação de uma Política Nacional de Arquivos no Brasil.	
2712730	ARQUIVOS LEGISLATIVOS: A POLÍTICA PÚBLICA ARQUIVÍSTICA EM INSTITUIÇÕES LEGISLATIVAS MUNICIPAIS	O Brasil possui 5.565 municípios e cada um deles tem uma Câmara Municipal. Nas eleições de 2012, foi eleito um total de 57.430 (cinquenta e sete mil quatrocentos e trinta) vereadores para essas casas legislativas. A principal função de um vereador é elaborar leis, que se materializam nos documentos. Os acervos dos arquivos desse poder são registros da memória coletiva. Uma comunidade que deixa de ter referidos acervos perde em muito a capacidade de construção social de uma identidade coletiva. Considerando a grande produção de documentos, o elevado número de casas legislativas e a Política Nacional de Arquivos , o trabalho objetivou identificar as funções e a situação ARQUIVÍSTICA das instituições legislativas dos municípios que são capitais de Estado e do Distrito Federal; levantar os dados necessários para avaliar a política de arquivos nessas Casas Legislativas; e discutir caminhos para a implementação de uma política pública de arquivo nessas instituições. De cunho metodológico exploratório, a pesquisa foi realizada a partir da aplicação de um questionário, baseado no Censo do Legislativo 2005 do Interlegis, e da análise das atas das reuniões plenárias do Conselho Nacional de Arquivos. Em relação às funções dos legislativos municipais, verificou-se que eles são similares; que o Arquivo Nacional deveria ser mais contínuo nas suas ações; e que a política pública de gestão de documentos pode ser uma saída para preservação da memória e o acesso aos documentos dessas instituições.	Arquivo. Câmara Legislativa. Gestão de documentos. Política pública
6747382	A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS SOB A ÓTICA DE NOVOS ACONTECIMENTOS: A I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS E O PLANO NACIONAL SETORIAL DE ARQUIVOS	Este trabalho visa apresentar a contribuição na elaboração de uma política nacional de arquivos a partir da apresentação de dois documentos que lhe são diretamente relacionados: o relatório final da I Conferência Nacional de Arquivos e o Plano Nacional Setorial de Arquivos. Partindo da contextualização do conceito de política pública e considerando os conhecimentos já referendados sobre políticas públicas ARQUIVÍSTICAS, traça-se um histórico da política nacional de arquivos partindo da atuação dos atores que se envolvem ou interferem em sua elaboração. Este delineamento se justifica com a finalidade de se identificar obstáculos e fatores que justifiquem a atuação dos atores contemporâneos na construção da política e de permitir a inserção de novos atores aparentemente isolados deste processo de produção de políticas públicas para arquivos. A metodologia de pesquisa concentrou-se no exame da literatura, análise das atas de reunião do Conselho Nacional de Arquivos e das duas publicações já referidas anteriormente a fim de desenhar o contexto de iniciativas colaborativas na elaboração da política nacional de arquivos . A problemática identificada está relacionada à assertiva de que apenas a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, não é um instrumento qualificado para a implementação de um instrumento complexo como uma política pública ARQUIVÍSTICA. Esta condição é, então, explorada em documentos de maior complexidade para a elaboração de políticas ARQUIVÍSTICAS levando em consideração a atuação do órgão responsável pela definição da política nacional de arquivos .	Políticas Públicas; Política ARQUIVÍSTICA; Política Nacional de Arquivos ; Conferência Nacional de Arquivos.

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
138832	A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS: BASES CONCEITUAIS, AÇÕES E PROBLEMAS	<p>Este trabalho visa delimitar questões pertinentes a uma política nacional de arquivos. Partindo da sua contextualização na Sociedade da Informação e considerando as limitações impostas pela ausência de uma política nacional de informação, os conceitos que essa meta envolve são definidos e a atual situação da informação ARQUIVÍSTICA pública no Brasil é delineada. Tal delineamento se concentra em identificar problemas e fatores intervenientes nas estruturas e processos de controle e acesso à informação documental orgânica pública e àquela privada de interesse público, considerando que uma política se propõe, principalmente, a resolver problemas. A metodologia de pesquisa centrou-se no exame da literatura e de publicações institucionais voltadas para os documentos públicos a fim de desenhar o contexto político e econômico</p> <p>em que os processos informacionais se desenvolvem na atualidade, e estendeu-se a fontes em entidades dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, estaduais e municipais, situadas na cidade de Belo Horizonte/MG, com o objetivo de criar um referencial empírico das práticas ARQUIVÍSTICAS. Os problemas identificados, especialmente com base na literatura são, então, relacionados às condições em que as práticas voltadas para os documentos públicos se desenvolvem, de modo a referendá-los. Por fim, essas condições-problema são traduzidas para a forma de “ações políticas”, considerando que elas definem a situação atual dos arquivos, além da enumeração de alguns procedimentos fundamentais que viriam estabelecer as bases para a construção de uma política nacional de arquivos, tendo em vista colocar os documentos orgânicos públicos a serviço da sociedade.</p>	Arquivos; Políticas Públicas; Sociedade da Informação; Política de Arquivos; Política de Informação;
5290000	1ª CNARQ: A CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS E A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL PARA OS ARQUIVOS BRASILEIROS	<p>O objetivo deste estudo é analisar a 1ª Conferência Nacional de Arquivos (CNARQ) - evento resultante da mobilização da comunidade ARQUIVÍSTICA brasileira e de alguns segmentos da sociedade civil, provocada pela transferência do Arquivo Nacional para o Ministério da Justiça, no ano de 2011 - como uma das etapas do processo de elaboração de uma política nacional para os arquivos brasileiros. A pesquisa guiou-se pela questão: Por que a política nacional de arquivos, cujo um dos pilares fundamentais de atuação foi a referida conferência, não progrediu? Considerando tal pergunta, procurou-se analisar os motivos da política nacional de arquivos não ter avançado no processo de políticas públicas, assim como pesquisou-se os seguintes objetivos específicos: 1) situar o processo de construção da política nacional de arquivos no ciclo de políticas públicas; 2) mapear o arcabouço jurídico que demonstra o interesse público pelos arquivos no Brasil; 3) identificar a ação política exercida pelo Arquivo Nacional, pelo CNARQ e pelos atores ARQUIVÍSTICOS em prol da elaboração de leis e políticas públicas que promovam o desenvolvimento da área; e 4) analisar a 1ª CNARQ enquanto etapa do ciclo de políticas públicas e mecanismo de participação social na construção da referida política. Os condicionantes de efetividade das conferências nacionais foram utilizados para avaliar a efetividade da 1ª CNARQ e os impactos dela sobre a elaboração da política nacional de arquivos. A metodologia desta investigação qualitativa englobou pesquisa bibliográfica e documental, além de coleta de dados junto a pessoas. Os resultados evidenciaram que as políticas públicas ARQUIVÍSTICAS contam com atores pouco experientes em pressionar e monitorar as ações do governo e que encontram-se, em sua maioria, distanciados do processo de gestão de políticas públicas. Observou-se também</p>	Arquivos. Participação social. Políticas públicas. Política nacional de arquivos.

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
--------	--------	--------	---------------

que o evento não foi convocado pela vontade política do governo e que não privilegiou a participação de membros da sociedade civil, muito embora tenha assumido um formato que favoreceu a deliberação dos participantes. Combinados, estes aspectos impactaram negativamente a efetividade desta conferência, criando as condições para que as propostas prioritárias nela aprovadas - a revisão da Lei nº 8.159/1991 e do decreto nº 4.073/2002, além da elaboração de um plano de ação para os arquivos públicos e privados -, não encontrassem condições adequadas para a sua materialização e posterior incorporação pelo governo. Destaca-se também que as dificuldades do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em estabelecer uma política nacional de arquivos, assim como a descontinuidade da pressão e mobilização dos atores ARQUIVÍSTICOS após a conferência, representam sérios entraves na formulação de uma política nacional para os arquivos brasileiros.

APÊNDICE D – O uso da expressão “política de arquivos” nas dissertações e teses.

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
3524012	OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO NOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	<p>Apresenta os resultados da pesquisa que tem como objetivo investigar o modo como a Universidade Federal do Ceará (UFC) está tratando o patrimônio documental ARQUIVÍSTICO de seus equipamentos culturais na perspectiva da preservação da memória histórica e da difusão e acesso deste patrimônio documental à comunidade cearense e aos demais interessados. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória descritiva, adotando-se fontes documentais primárias e secundárias para o levantamento e análise do estado da arte referente ao objeto de estudo. A coleta de dados foi feita por meio da observação direta simples e do questionário aplicado junto às equipes que atuam nos equipamentos culturais da UFC, Campus de Fortaleza. A pesquisa foi feita em três etapas: a primeira constou da revisão de literatura; na segunda etapa, fizemos o mapeamento dos equipamentos culturais da UFC e, por último, o estudo empírico com alguns gestores e profissionais atuantes nos arquivos, bem como na Administração desses equipamentos culturais. Entendemos que os equipamentos culturais compreendidos nessa pesquisa são espaços de práticas, de produção artística e cultural, criados e consolidados por meio de atos legais da Administração Superior, que apresentam também quadro de pessoal em suas respectivas unidades de atuação. Como resultados do mapeamento, constatamos na UFC dez (10) equipamentos, legalmente institucionalizados, que possuem peculiaridades, tanto em que concerne ao patrimônio documental ARQUIVÍSTICO tanto como a organização desses acervos. Também ficaram evidentes que as ações relativas à conservação e difusão da história e cultura universitária ainda são tênues para o reconhecimento da identidade da Instituição e de sua comunidade, mesmo que já se evidenciem que esses equipamentos, são em sua essência espaços de memória da Universidade Federal do Ceará. No que diz respeito ao tratamento e a organização informacional desses documentos as iniciativas são isoladas e, conseqüentemente não obedecem aos critérios estabelecidos pelo Conarq, mais especificamente ao Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal (SIGA) e também pelo Sistema Informatizado de Gestão ARQUIVÍSTICA de Documentos (SIGAD). Diante desses resultados, sugerimos que sejam criados mecanismos que venham a contribuir para a estruturação de uma política de arquivos na Universidade Federal do Ceará. Palavras-</p>	<p>Patrimônio Documental ARQUIVÍSTICO. Memória ARQUIVÍSTICA. Patrimônio Cultural. Arquivos Universitários.</p>
2712730	ARQUIVOS LEGISLATIVOS: A POLÍTICA PÚBLICA ARQUIVÍSTICA EM INSTITUIÇÕES LEGISLATIVAS MUNICIPAIS	<p>O Brasil possui 5.565 municípios e cada um deles tem uma Câmara Municipal. Nas eleições de 2012, foi eleito um total de 57.430 (cinquenta e sete mil quatrocentos e trinta) vereadores para essas casas legislativas. A principal função de um vereador é elaborar leis, que se materializam nos documentos. Os acervos dos arquivos desse poder são registros da memória coletiva. Uma comunidade que deixa de ter referidos acervos perde em muito a capacidade de construção social de uma identidade coletiva. Considerando a grande produção de documentos, o elevado número de casas legislativas e a Política Nacional de Arquivos, o trabalho objetivou identificar as funções e a situação ARQUIVÍSTICA das instituições legislativas dos municípios que são capitais de Estado e do Distrito Federal; levantar os dados necessários para avaliar a política de arquivos</p>	<p>Arquivo. Câmara Legislativa. Gestão de documentos. Política pública.</p>

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
		<p>nessas Casas Legislativas; e discutir os caminhos para a implementação de uma política pública de arquivo nessas instituições. De cunho metodológico exploratório, a pesquisa foi realizada a partir da aplicação de um questionário, baseado no Censo do Legislativo 2005 do Interlegis, e da análise das atas das reuniões plenárias do Conselho Nacional de Arquivos. Em relação às funções dos legislativos municipais, verificou-se que eles são similares; que o Arquivo Nacional deveria ser mais contínuo nas suas ações; e que a política pública de gestão de documentos pode ser uma saída para a preservação da memória e o acesso aos documentos dessas instituições.</p>	
138832	<p>A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS: BASES CONCEITUAIS, AÇÕES E PROBLEMAS</p>	<p>Este trabalho visa delimitar questões pertinentes a uma política nacional de arquivos. Partindo da sua contextualização na Sociedade da Informação e considerando as limitações impostas pela ausência de uma política nacional de informação, os conceitos que essa meta envolve são definidos e a atual situação da informação ARQUIVÍSTICA pública no Brasil é delineada. Tal delineamento se concentra em identificar problemas e fatores intervenientes nas estruturas e processos de controle e acesso à informação documental orgânica pública e àquela privada de interesse público, considerando que uma política se propõe, principalmente, a resolver problemas. A metodologia de pesquisa centrou-se no exame da literatura e de publicações institucionais voltadas para os documentos públicos a fim de desenhar o contexto político e econômico em que os processos informacionais se desenvolvem na atualidade, e estendeu-se a fontes em entidades dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, estaduais e municipais, situadas na cidade de Belo Horizonte/MG, com o objetivo de criar um referencial empírico das práticas ARQUIVÍSTICAS. Os problemas identificados, especialmente com base na literatura são, então, relacionados às condições em que as práticas voltadas para os documentos públicos se desenvolvem, de modo a referendá-los. Por fim, essas condições-problema são traduzidas para a forma de “ações políticas”, considerando que elas definem a situação atual dos arquivos, além da enumeração de alguns procedimentos fundamentais que viriam estabelecer as bases para a construção de uma política nacional de arquivos, tendo em vista colocar os documentos orgânicos públicos a serviço da sociedade.</p>	<p>Arquivos; Políticas Públicas; Sociedade da Informação; Política de Arquivos; Política de Informação;</p>
5524884	<p>OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ARQUIVOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA: O CASO DA CAP/PROGEPE</p>	<p>A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado discute os caminhos e implicações práticas na adoção de uma política de arquivos universitária dedicada a pensar a gestão de documentos produzidos e recebidos pela UFJF, assumindo como recorte de análise a Coordenação de Administração de Pessoal (CAP) e, em certo grau, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) à qual ela pertence. Nesse cenário, anunciam-se desafios postos pelo contexto da expansão planejada e executada no bojo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Com isso em mente, define-se como objetivo geral para este estudo promover o diagnóstico sobre o desenvolvimento e implementação do Sistema de Arquivos da UFJF (SIARQ-UFJF) e a política de</p>	<p>Gestão documental; Sistema de arquivos; Política de arquivos</p>

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
		<p>arquivos adotada pela mesma, de maneira a revelar as falhas dos procedimentos escolhidos que resultam na precarização da gestão e preservação de documentos da vida funcional dos servidores no âmbito da CAP, cenário primordial onde deu-se esta pesquisa. Assim, com o objetivo de identificar os elementos que constituem tais problemas, abordam-se autores relacionados ao eixo teórico de ARQUIVOLOGIA e política de arquivos universitária. Nesse sentido, destacam-se as contribuições de teóricos como Theodore Schellenberg, Heloísa Bellotto, Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, dentre outros. O debate teórico se amplia com a análise de diretrizes e documentos veiculados pela UFJF que esclareçam em que medida estão ocorrendo as discussões sobre a implantação de uma gestão documental universitária. A metodologia de pesquisa adotada é de natureza quali-quantitativa, com uso do viés do caso de gestão, utilizando como instrumentos a aplicação de questionários em servidores da CAP e a realização de entrevistas com gestores da PROGEPE e de outros setores que possuem relevância no cenário das políticas estratégicas dedicadas à gestão documental. A presente pesquisa permitiu concluir, conforme se verificará no decorrer do texto, que ocorre uma configuração inconclusa da política de arquivos a nível institucional, em atendimento aos postulados teóricos e metodológicos recomendados, bem como falta de priorização do trabalho de gestão documental por parte de gestores e detentores do poder decisório, refletindo na ausência de esforços sérios e comprometidos no avanço da implementação da política de arquivos. Em virtude disso, apresenta-se ao final desta dissertação um Plano de Ação Educacional (PAE) composto de recomendações e ações visando fortalecer as práticas de gestão documental na CAP e imbuir seus servidores com conhecimentos e responsabilidades nesse respeito.</p>	
1566016	<p>O ESTADO E A CONSTRUÇÃO DA ORDEM ARQUIVÍSTICA EM MOÇAMBIQUE (1975-2010)</p>	<p>Esta tese tem como objetivo compreender o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) comolugar de informação ARQUIVÍSTICA e de ação do Estado em Moçambique, analisando o processohistórico de sua configuração, tendo em conta as implicações desse processo no cenárioARQUIVÍSTICO nacional e relação com o projeto pós-colonial de nação, particularmente entre 1975 e2010. Com base na visão do Estado ampliado em Gramsci e na teoria do Estado como relação emPoulantzas a tese mapeia a dimensão teórica do Estado, cujo poder baseia-se em informação. Estaabordagem, baseada na concepção teórica do Estado como campo de informação, consolida umquadro conceitual fundamental para o entendimento do Estado moçambicano e seu processohistórico de construção. A mesma abordagem conduziu o estudo de caráter histórico na análisedos processos de constituição e disponibilização de arquivos públicos, constituídos no quadro daconfiguração do AHM dentro do processo histórico de construção do Estado neste país em suasvárias redes de interações, envolvendo diversos atores sociais, seja no universo políticoadministrativoou ARQUIVÍSTICO em si. Constatou-se uma mudança na trajetória do AHM,reddefinindo o processo histórico de construção da memória e da identidade nacional através dosarquivos, dentro do processo de construção de uma ordem ARQUIVÍSTICA politicamente aceite,iniciado em 1975 e consolidado nos anos 2000.</p>	<p>Administração pública; Arquivo Histórico de Moçambique; ARQUIVOLOGIA; Arquivos públicos; Informação ARQUIVÍSTICA; Instituições ARQUIVÍSTICAS; Memória; Moçambique; Política de arquivo.</p>

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
5524884	OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ARQUIVOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA: O CASO DA CAP/PROGEPE	<p>A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado discute os caminhos e implicações práticas na adoção de uma política de arquivos universitária dedicada a pensar a gestão de documentos produzidos e recebidos pela UFJF, assumindo como recorte de análise a Coordenação de Administração de Pessoal (CAP) e, em certo grau, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) à qual ela pertence. Nesse cenário, anunciam-se desafios postos pelo contexto da expansão planejada e executada no bojo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Com isso em mente, define-se como objetivo geral para este estudo promover o diagnóstico sobre o desenvolvimento e implementação do Sistema de Arquivos da UFJF (SIARQ-UFJF) e a política de arquivos adotada pela mesma, de maneira a revelar as falhas dos procedimentos escolhidos que resultam na precarização da gestão e preservação de documentos da vida funcional dos servidores no âmbito da CAP, cenário primordial onde deu-se esta pesquisa. Assim, com o objetivo de identificar os elementos que constituem tais problemas, abordam-se autores relacionados ao eixo teórico de ARQUIVOLOGIA e política de arquivos universitária. Nesse sentido, destacam-se as contribuições de teóricos como Theodore Schellenberg, Heloísa Bellotto, Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, dentre outros. O debate teórico se amplia com a análise de diretrizes e documentos veiculados pela UFJF que esclareçam em que medida estão ocorrendo as discussões sobre a implantação de uma gestão documental universitária. A metodologia de pesquisa adotada é de natureza quali-quantitativa, com uso do viés do caso de gestão, utilizando como instrumentos a aplicação de questionários em servidores da CAP e a realização de entrevistas com gestores da PROGEPE e de outros setores que possuem relevância no cenário das políticas estratégicas dedicadas à gestão documental. A presente pesquisa permitiu concluir, conforme se verificará no decorrer do texto, que ocorre uma configuração inconclusa da política de arquivos a nível institucional, em atendimento aos postulados teóricos e metodológicos recomendados, bem como falta de priorização do trabalho de gestão documental por parte de gestores e detentores do poder decisório, refletindo na ausência de esforços sérios e comprometidos no avanço da implementação da política de arquivos. Em virtude disso, apresenta-se ao final desta dissertação um Plano de Ação Educacional (PAE) composto de recomendações e ações visando fortalecer as práticas de gestão documental na CAP e imbuir seus servidores com conhecimentos e responsabilidades nesse respeito.</p>	Gestão documental; Sistema de arquivos; Política de arquivos
1566016	O ESTADO E A CONSTRUÇÃO DA ORDEM ARQUIVÍSTICA EM MOÇAMBIQUE (1975-2010)	<p>Esta tese tem como objetivo compreender o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) como lugar de informação ARQUIVÍSTICA e de ação do Estado em Moçambique, analisando o processo histórico de sua configuração, tendo em conta as implicações desse processo no cenário ARQUIVÍSTICO nacional e relação com o projeto pós-colonial de nação, particularmente entre 1975 e 2010. Com base na visão do Estado ampliado em Gramsci e na teoria do Estado como relação em Poulantzas a tese mapeia a dimensão teórica do Estado, cujo poder baseia-se em informação. Esta abordagem, baseada na concepção teórica do Estado como campo de informação,</p>	Administração pública; Arquivo Histórico de Moçambique; ARQUIVOLOGIA; Arquivos públicos; Informação ARQUIVÍSTICA; Instituições ARQUIVÍSTICAS;

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
		<p>consolida um quadro conceitual fundamental para o entendimento do Estado moçambicano e seu processo histórico de construção. A mesma abordagem conduziu o estudo de caráter histórico na análise dos processos de constituição e disponibilização de arquivos públicos, constituídos no quadro da configuração do AHM dentro do processo histórico de construção do Estado neste país em suas várias redes de interações, envolvendo diversos atores sociais, seja no universo político-administrativo ou ARQUIVÍSTICO em si. Constatou-se uma mudança na trajetória do AHM, redefinindo o processo histórico de construção da memória e da identidade nacional através dos arquivos, dentro do processo de construção de uma ordem ARQUIVÍSTICA politicamente aceita, iniciado em 1975 e consolidado nos anos 2000.</p>	<p>Memória; Moçambique; Política de arquivo.</p>
6749283	<p>IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO BASE DO PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (PGD-DPESP)</p>	<p>Estudo da identificação ARQUIVÍSTICA como a base metodológica para elaboração de instrumentos ARQUIVÍSTICOS de gestão de documentos no âmbito das políticas de arquivos e acesso à informação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP). A identificação é uma metodologia que estuda o contexto de produção e a tipologia documental, permitindo, por meio de um processo investigativo, evidenciar a forma organizacional administrativa de uma instituição a partir das estruturas administrativas, funções e atividades e a definição dos tipos documentais. Associa-se a essa discussão as abordagens de política de acesso a documentos e informações no Brasil, definidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI) que vem ocupando espaço nas discussões das agendas públicas nos governos federal, estadual e municipal, com vistas ao fortalecimento do princípio da transparência pública. A emergente necessidade de resolução do problema de acumulação documental no contexto da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP) justificou a escolha do órgão como o universo empírico desta pesquisa, na busca por estabelecer critérios ARQUIVÍSTICOS para classificar, avaliar documentos e realizar o tratamento da informação para garantia do acesso à informação, no âmbito do Programa de Gestão de Documentos, com objetivo de discutir a pertinência da aplicabilidade da metodologia de identificação ARQUIVÍSTICA para elaboração de instrumentos ARQUIVÍSTICOS de gestão de documentos na DPESP. Trata-se de pesquisa do tipo descritiva e exploratória, de natureza qualitativa, cuja estratégia adotada é o estudo de caso da aplicação da metodologia da identificação ARQUIVÍSTICA fundamentada nos parâmetros da tipologia documental como base para elaboração de Tabela de Temporalidade e Acesso aos Documentos (TTAD), Manual de Procedimentos de Protocolo e Arquivo (MPPA) e Manual de Produção de Atos Administrativos (MPAA) no PGD-DPESP, apresentando como resultados os procedimentos metodológicos e os instrumentos.</p>	<p>Gestão de Documentos.; Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP).; Instrumentos ARQUIVÍSTICOS de Gestão de Documentos.</p>
91381	<p>POLÍTICAS PÚBLICAS DE ARQUIVO: A GESTÃO DOCUMENTAL DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</p>	<p>As inovações vivenciadas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) provocaram o interesse em indagar e pesquisar a respeito das políticas públicas de arquivo, responsáveis pelas transformações ocorridas e que levaram às mudanças que verificamos no ambiente de gestão documental. Descrevemos quais são as decisões adotadas de políticas públicas de arquivo, configuradas como gestão documental que impulsionam a qualidade da informação ARQUIVÍSTICA no âmbito</p>	<p>Políticas Públicas, Políticas de Arquivo, Gestão Documental, Documento de Arquivo e</p>

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
		<p>governamental, com o fim de obter resultados positivos para o governo e a sociedade. Utilizamos a dissertação para obter respostas quanto a estas indagações, pois entendemos que as políticas públicas de arquivo subsidiam a Administração e a sociedade, contribuindo para a transparência e garantem os direitos dos cidadãos, da governança e o exercício democrático do poder. Este estudo é realizado nos campos de interesses comuns entre Ciência da Informação e a ARQUIVOLOGIA, pela importância da gestão documental como ferramenta eficaz ao fluxo da informação social. Utilizamos o método da pesquisa documental que proporcionará o conhecimento sobre o problema de pesquisa e para aprofundar nas questões bases recorremos ao levantamento bibliográfico. Utilizamos também a técnica das entrevistas parcialmente estruturadas, por abordar temas particularizados e utilizar perguntas abertas para subsidiar as lacunas subjetivas não respondidas pela pesquisa documental. Apresentamos na pesquisa a interrelação entre as Informações ARQUIVÍSTICAS e os Documentos de Arquivo, utilizando como balizas os estudos teóricos de Silva (2008), Jardim (1999) e Campillos (1996). Uma análise do conceito de “política pública”, através de uma visão holística (Política, Política Pública, Política de Informação e Política Pública ARQUIVÍSTICA) foi desenvolvida, para um entendimento melhor da proposta de pesquisa; a partir dos autores: Pereira (2009), Souza (2006), Silva (2008) e Jardim (2006, 2011). O ciclo da política pública foi realizado com a finalização na reprogramação. O APEES apresentou através das matrizes decisórias soluções com elementos prioritários para o êxito no reinício do novo ciclo. Detectamos algumas incoerências que foram apresentadas como sugestões para contribuir com as melhorias da gestão documental no atendimento das demandas sociais.</p>	<p>Informação ARQUIVÍSTICA</p>
3720010	<p>ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF) COMO GUARDIÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL</p>	<p>O presente trabalho reflete sobre as políticas de arquivo implementadas no País e seus impactos na política de arquivamento da Universidade Federal Fluminense, ou seja, como em diferentes governos do Brasil, sejam eles ditatoriais ou democráticos, as políticas de arquivos foram ou não determinantes para os rumos seguidos na organização ARQUIVÍSTICA da UFF. Tudo isso levando em conta o desenvolvimento da ARQUIVOLOGIA no Brasil e a profissionalização dos arquivistas. Buscou-se também estudar o processo de incorporação e fusão das diversas faculdades então existentes na cidade de Niterói e em alguns núcleos mais afastados, dando forma ao que hoje constitui a Universidade Federal Fluminense. Delineando, assim, as principais questões que envolvem a construção e a preservação da memória institucional da UFF. Por fim, analisou-se o percurso histórico do Arquivo Central da Universidade, compreendendo como as mudanças no interior da Universidade e da política ARQUIVÍSTICA brasileira influenciaram em seu desenvolvimento. Além disso, a investigação se debruçou também sobre o impacto do decreto presidencial nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002, que regulamentou a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispunha sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.</p>	<p>ARQUIVISTICA; Arquivo Central da UFF; Documentos; História da UFF</p>
6749283	<p>IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO BASE DO PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA DEFENSORIA</p>	<p>Estudo da identificação ARQUIVÍSTICA como a base metodológica para elaboração de instrumentos ARQUIVÍSTICOS de gestão de documentos no âmbito das políticas de arquivos e acesso à informação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP). A identificação é uma metodologia que estuda o contexto de produção e a tipologia documental, permitindo,</p>	<p>Gestão de Documentos.; Defensoria Pública do Estado de São</p>

CÓDIGO	TÍTULO	RESUMO	PALAVRA-CHAVE
	PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (PGD-DPESP)	<p>por meio de um processo investigativo, evidenciar a forma organizacional administrativa de uma instituição a partir das estruturas administrativas, funções e atividades e a definição dos tipos documentais. Associa-se a essa discussão as abordagens de política de acesso a documentos e informações no Brasil, definidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI) que vem ocupando espaço nas discussões das agendas públicas nos governos federal, estadual e municipal, com vistas ao fortalecimento do princípio da transparência pública. A emergente necessidade de resolução do problema de acumulação documental no contexto da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP) justificou a escolha do órgão como o universo empírico desta pesquisa, na busca por estabelecer critérios ARQUIVÍSTICOS para classificar, avaliar documentos e realizar o tratamento da informação para garantia do acesso à informação, no âmbito do Programa de Gestão de Documentos, com objetivo de discutir a pertinência da aplicabilidade da metodologia de identificação ARQUIVÍSTICA para elaboração de instrumentos ARQUIVÍSTICOS de gestão de documentos na DPESP. Trata-se de pesquisa do tipo descritiva e exploratória, de natureza qualitativa, cuja estratégia adotada é o estudo de caso da aplicação da metodologia da identificação ARQUIVÍSTICA fundamentada nos parâmetros da tipologia documental como base elaboração de Tabela de Temporalidade e Acesso aos Documentos (TTAD), Manual de Procedimentos de Protocolo e Arquivo (MPPA) e Manual de Produção de Atos Administrativos (MPAA) no PGD-DPESP, apresentando como resultados os procedimentos metodológicos e os instrumentos.</p>	Paulo (DPESP);;Instrumentos ARQUIVÍSTICOS de Gestão de Documentos.